



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 586 - DE 12 A 26 DE MAIO DE 2019 - R\$ 4,00

Organizar desde já a greve geral de 14 de junho

Que os sindicatos e movimentos convoquem as assembleias

Que se formem os comitês de luta nos locais de trabalho, nas escolas e nos bairros

Que as centrais lancem imediatamente a convocação da greve geral

Bolsonaro/Weintraub golpeiam a educação pública e lançam a perseguição política e ideológica

Toda força à greve nacional da educação básica

Que as universidades e institutos federais assumam a greve nacional

Realizado o ato político de homenagem a Guillermo Lora

Lançado o livro “Resposta Marxista às Opressões”

Derrotar o golpismo e o imperialismo na Venezuela, com os métodos de luta da classe operária

Em defesa da nação oprimida contra o intervencionismo da nação opressora

Organizar a greve geral, desde já

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) convocou a paralisação nacional para 15 de maio. Responde à reforma da Previdência, que aumenta a idade mínima, e acaba com a diferenciação entre homem e mulher, principalmente. Responde também ao avanço da repressão e do obscurantismo sobre a liberdade de ensino, de expressão e de manifestação. As universidades podem e devem se manifestar juntamente com os professores da educação básica.

A decisão dos petroleiros de também paralisarem no dia 15 aumenta ainda mais a importância da resposta ao governo antinacional e antipopular. É preciso fazer da greve nacional da educação um momento de mobilização massiva. *Parar e ganhar as ruas em todo o País!* Essa deve ser a orientação. É um bom momento para se constituir os comitês de base, sob a bandeira de *Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes* e de organização da greve geral de 14 de junho, anunciada no 1º de Maio.

Um bom impulso pode ser dado se as organizações estudantis, sindicatos e associações convocarem as Assembleias Universitárias. A diretriz bolsonaro-olavista para a educação tem de ser combatida e derrotada por meio de uma grande unidade dos trabalhadores, que sustentam o ensino em condições tão adversas. É parte do programa da classe operária a defesa do ensino público e gratuito, que, para tal, implica a estatização do sistema privado.

A luta contra a reforma da Previdência e as medidas antidemocráticas evidencia a necessidade dos trabalhadores da educação, em todos os níveis, assumirem a defesa consequente do ensino público. O avanço do ensino privado e da desnacionalização, não apenas deve ser contido, como retroagido. A manifestação do dia 15 poderá dar um passo na defesa da educação pública, caso não se prenda ao corporativismo, e rejeite as manobras parlamentaristas. O agravamento das condições de trabalho com a previdência de Bolsonaro/Guedes é apenas uma das pontas do iceberg.

Está havendo um verdadeiro desmonte do ensino público.

A instalação de assembleias universitárias nos campi do ensino superior abre caminho para a superação do corporativismo. A mobilização nacional dos professores do ensino básico aproximará as massas docentes ao programa da classe operária para educação. A vanguarda consciente deve organizar as manifestações do dia 15 nesse sentido.

A mobilização da Frente Única dos Petroleiros (FUP) poderá ocupar um importante lugar na luta comum dos trabalhadores. O plano Bolsonaro-Guedes de privatização deu um salto à frente com a entrega da Embraer a Boeing. O petróleo e a Petrobras estão sendo empurrados para o mesmo destino. O governo entreguista chegou ao ponto de pôr a base de Alcântara nas mãos do imperialismo norte-americano. A privatização e desnacionalização da educação é parte de um único problema.

O mesmo se passa com a reforma trabalhista da ditadura civil de Temer, e com a reforma da Previdência do governo militarista-ditatorial de Bolsonaro. Ambos resultaram do golpe de Estado pró-imperialista de 2016, e ambos formam uma só linha de ataque à vida das massas. A luta contra a reforma da Previdência deve pôr às claras o programa da classe operária para enfrentar a crise e os planos do governo Bolsonaro de conjunto.

O POR defendeu, no 1º de Maio, que a paralisação nacional da educação fosse ampliada para uma greve geral de advertência ao governo, ao Congresso Nacional e à burguesia. As centrais decidiram pelo 14 de junho, seguindo o calendário da Câmara dos Deputados. É preciso evitar que as direções sujeitem o movimento às manobras parlamentares. Uma grande mobilização neste dia 15 de maio poderá armar um caminho distinto do pretendido pelas direções burocráticas, corporativas e conciliadoras. Dever ser o ponto de partida da organização da greve geral desde já. Está claro que é preciso uma greve geral por tempo indeterminado, dirigida pela classe operária, para quebrar a espinha dorsal de Bolsonaro/Guedes.

As assembleias universitárias nos campi do ensino superior abrem caminho para a superação do corporativismo. A mobilização nacional dos professores do ensino básico aproximará as massas docentes ao programa da classe operária para educação. A vanguarda deve organizar as manifestações do dia 15 nesse sentido.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Educação sob violento ataque

Responder urgentemente a Bolsonaro/Weintraub

7 de maio de 2019

A manifestação dos secundaristas do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, diante da presença de Bolsonaro no Colégio Militar, deu um sinal de luta. Sob a bandeira de “*não vai ter corte, vai ter luta*”, os estudantes rechaçaram a ofensiva destruidora da educação pública.

Estudantes, professores e funcionários têm de se unir em todos os níveis de ensino, como uma só força, para se contrapor ao obscurantismo, barrar o intervencionismo policial-militar, e derrubar a diretriz privatizante da educação. As organizações estudantis e sindicais devem convocar as assembleias unitárias, democráticas e soberanas. Em particular, está colocada a urgência de instalação da Assembleia Universitária em todos os campi. É com organização e mobilização de massa que barraremos a ofensiva mais brutal à educação, desde o fim da ditadura militar.

Bolsonaro, generais e ideólogos da ultradireita dão passos no sentido de restabelecer os elos da cadeia da reação, constituídos pelo golpe de 1964, e sustentados por vinte anos de ditadura militar. É nessa marcha que se ergueram aberrações como “Escola Sem Partido”, militarização das escolas, vigilância ao trabalho do professor, delação contra tudo que for identificado como pensamento de esquerda, proibição de manifestações políticas nas unidades de ensino, e perseguição aos adversários do regime bolsonaro-olavista.

A educação está diante de uma investida da religião, encabeçada pelas igrejas evangélicas, e escorada pela política cultural-ideológica do imperialismo norte-americano. Em nome de um ensino eficaz, técnico e seletivo, a ultradireita procura eliminar qualquer resquício das bases científicas do conhecimento e suprimir disciplinas de humanas, consideradas como causadoras de desperdício de recursos e sem valor prático.

Sob essa máscara, o MEC corta recursos da educação, ataca as universidades mais politizadas, ameaça caçar os professores de esquerda, difama os campi em que se têm liberdades políticas, como se fosse regidos pela baderna, tenta impor a disciplina militar, e coagir as organizações estudantis e sindicais.

O ministro Abraham Weintraub voltou atrás, formalmente, na decisão de cortar verbas das universidades, consideradas instrumentos de “balburdia”, apontando para a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal Fluminense (UFF). O ministro difamador, finalmente, revelou que o objetivo é o de cortar verba de todo sistema federal universitário. Bloqueou R\$ 5,8 bilhões de



Weintraub segue as ordens do ministro Paulo Guedes. Esse agente do capital financeiro se empenha na sustentação do parasitismo da gigantesca dívida pública. Descarrega o déficit provocado pelo bárbaro montante de juros sobre o orçamento da educação, saúde, habitação e serviços sociais.

seu orçamento. Até mesmo a educação básica arca com o congelamento de R\$ 2,4 bilhões, desse total.

Na verdade, Weintraub segue as ordens do ministro Paulo Guedes. Esse agente do capital financeiro se empenha na sustentação do parasitismo da gigantesca dívida pública. Descarrega o déficit provocado pelo bárbaro montante de juros sobre o orçamento da educação, saúde, habitação e serviços sociais. Não por outra razão, está usando os cortes para justificar a aprovação da reforma da Previdência.

Em São Paulo, o governo de Doria acompanha a política reacionária de Bolsonaro. Instalou-se uma CPI na Assembleia Legislativa para investigar o que o deputado do PRB (partido evangélico), Wellington Moura, chamou de “aparelhamento da esquerda na USP, Unicamp e Unesp.” Objetiva dar mais poderes de intervenção do governo sobre as universidades do estado, inclusive mudando o sistema de eleição do reitor. Até mesmo a direita liberal está com um pé atrás diante de sua irmã, a ultradireita militarizante e fascizante.

O intervencionismo governamental e as medidas antidemocráticas esperam uma resposta das organizações estudantis e sindicais dos professores e funcionários. Quanto mais se retardar, mais os bolsonaro-olavistas avançarão em sua marcha obscurantista.

Não há tempo a perder, que a UNE, UBES, DCEs, CAs, Andes, sindicatos e associações convoquem as assembleias universitárias.

No dia 15 de maio, os professores da educação básica realizarão um dia nacional de paralisação. É preciso jogar peso nessa manifestação. Que as universidades participem. Que em assembleias universitárias organizem o combate geral. Que levantem a bandeira de Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes! Abaixo a Escola Sem Partido! Não à militarização da educação! Por total liberdade de expressão, de ensino, de reunião e de manifestação política. Preparar desde já a greve geral de 14 de junho, marcada no dia 1º de Maio, pelas Centrais.

Estudantes e trabalhadores da educação, marchemos unidos contra o governo militarista, ditatorial e fascizante! Não vamos permitir retrocesso em nossas conquistas! Exijamos a convocação das assembleias universitárias! Formemos os comitês de luta! Vamos à paralisação de 15 de maio! Preparemos a greve geral de junho!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Brutal ataque de Bolsonaro a educação: CORTES EM TODOS OS NÍVEIS

O governo e a política econômica de Bolsonaro/Guedes estão impondo o mais profundo ataque à educação em muitos anos. A diretriz geral do ministério da economia, de corte de 30 bilhões no orçamento ainda este ano, está retirando, até agora, mais de 7 bilhões só da educação. Todos os níveis estão sendo atingidos: educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, pós-graduação e pesquisa.

Os argumentos do governo, através de Weintraub e Bolsonaro, são os mais estapafúrdios. Começando pelo eufemismo de que não houve cortes, mas sim “contingenciamento de recursos”, e passando pela pecha de que os cortes seriam para universidades que promovessem a “balburdia”. Mas, mesmo esta impostura não se sustentou por mais de um dia. Logo ficou claro que se tratava de mais uma política ditada pela área econômica, que se expandia pelos demais setores. Em última instância, são cortes no setor público para manter os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública, retira-se da educação, saúde etc., e coloca-se no bolso nos grandes capitalistas.

Devemos entender o problema dos cortes nas universidades da seguinte forma, em última instância, trata-se de um brutal ataque à autonomia universitária e escolar.

Os cortes não são homogêneos. Dados da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) mostram que há universidades que terão até 52% do orçamento cortado, como a do Sudoeste da Bahia.

Mas, em todos os casos e de maneira geral como estão sendo discriminados, vão afetar, desde o início, ou continuidade de obras, nas creches, escolas e universidades (entre os cortes estão 17% da verba para construção e manutenção de creches); materiais para os hospitais universitários; o pagamento de contas de água, luz, internet e telefone, sendo que alguns institutos federais já sabem que não vai ser possível terminar o ano funcionando; bolsas estudantis de permanência, que deverão ser cortadas ou reduzidas em muitas universidades; transporte escolar; verbas para a compra de materiais escolares, como livros e materiais de laboratórios, inviabilizando as já precárias condições da educação pública.

O discurso ideológico do governo não se sustenta de lado nenhum. Diz que vai privilegiar a educação básica e infantil, mas corta verba para construção de creches. Diz que o estudante tem de aprender uma profissão, e corta 40% do valor reservado para o ensino profissional e técnico. Diz que vai fortalecer a alfabetização, mas corta 41% do EJA (programas de educação de jovens e adultos). No caso da educação básica, o corte foi no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia ligada ao MEC. O congelamento total do FNDE é de R\$ 1,02 bilhão, equivalente a 21% do discricionário.

Em um governo obscurantista, o corte de verbas para a pesquisa não poderia ficar de fora, e a CAPES recebeu um corte de 19%, que vai refletir nas bolsas dos pós-graduandos. A UFRJ foi uma das que recebeu o maior corte, 39,74%. Os Institutos Federais, que recebem alunos de ensino médio, técnico e superior (licenciaturas principalmente), receberam corte de 34,5% do previsto.

Bolsonaro começa a declarar na mídia que o tal “contingenciamento” pode ser revisto, ao longo do ano. Desta forma, deixa espaço para manobras ideológicas contra universidades que não sigam sua cartilha e, principalmente, pretende fazer chantagem com a reforma da Previdência. Na semana do dia 6, declarou na grande mídia que a liberação de recursos depende do caixa do governo no segundo semestre, e que a aprovação da reforma da Previdência está diretamente ligada a isso. A tendência é que atrele ainda mais a liberação desses recursos à aprovação da reforma, no mês de junho.

Diante desse cenário, algumas instituições já estão cortando eventos, funcionários terceirizados, bolsas, pedindo que os estudantes economizem, e fazendo até mutirão, como a UFF no mês passado.

Devemos entender o problema dos cortes nas universidades da seguinte forma, em última instância, trata-se de um brutal ataque à autonomia universitária e escolar. Ao retirar bilhões da educação, o governo afeta diretamente a autonomia das universidades, institutos e escolas, que ficam impedidas de decidir sobre como devem gastar suas verbas e como devem gerir a vida acadêmica. Esse ataque à autonomia tem sua raiz na crise econômica mundial, pela qual

o governo Bolsonaro não está imune, pelo contrário, os 13,4 milhões de desempregados nos mostram claramente que estamos longe de sair da crise. Contudo, o governo não deixa de pagar um centavo sequer para os banqueiros e grandes empresários.

Trata-se de um ataque de conjunto à educação, e a resposta precisa ser também de conjunto. As universidades não devem tentar resolver o problema dos cortes separadamente, muito menos solicitar que os estudantes economizem ou façam mutirão para limpar a universidade. Isso é tudo que o governo quer, dizer que a verba que cortou não era de fato necessária. O caminho para enfrentar os cortes é apenas um: a luta!

Os principais sindicatos ligados à educação já aprovaram em assembleias a participação na greve geral da educação, no dia 15 de maio. Entre eles, estão: CNTE, APEOESP, Sinpeem, Adusp, Adunesp, Andes, Sinpro, Sedin, Udemo, FNPE, Aprofem, Afuse, Sinasefe etc. Essa greve deve servir como advertência para o governo de Bolsonaro. Advertência que aponte para a greve geral de 14 de Junho contra a reforma da Previdência. Além disso, as universidades e institutos federais devem preparar-se para uma greve nacional contra os cortes em seus orçamentos.

É preciso criar, nas Universidades e Institutos Federais, os comitês de estudantes, professores e técnico-administrativos. E convocar assembleias gerais unificadas. Na educação infantil e escolas, convocar também os pais para os comitês e assembleias.

***Abaixo os cortes de Bolsonaro à educação!
Responder com uma forte Greve
de advertência no dia 15 de maio!
Construir a Greve Geral contra a Reforma
da Previdência!***

São Paulo

Para que serviu o 1º de Maio unificado?

A brutal reforma da Previdência, as restrições ao financiamento dos sindicatos, e o descontentamento das massas levaram as inúmeras centrais, pela primeira vez, a um 1º de Maio unificado. O fundamental dessa decisão se encontra na pressão dos explorados. A necessidade e vontade de luta contra a ofensiva dos capitalistas e de seu governo, que tem avançado a passos largos, desde o golpe de Estado de 2016, comparecem como o fator progressivo da unificação. Distintamente, são os interesses e a política burocrática que conduziram à unificação.

Estiveram representados na tribuna do Anhangabaú o reformismo, a direita sindical, o centrismo e o esquerdismo oportunista. A utilização do 1º de Maio pelos partidos orgânicos da burguesia, como o PSB e o PDT, indicou o conteúdo de classe pequeno-burguês e burguês dominantes. A entrega da tribuna, por sua vez, aos candidatos da oposição, que disputaram a presidência da República, deu o tom institucional-eleitoreiro ao 1º de Maio. É bom lembrar que o candidato do PDT, Ciro Gomes, foi convidado, mas não compareceu. Não custou nada à burocracia sindical conceder alguns minutos ao PCO, levando em conta sua cruzada pelo “Lula Livre”. Aí estava a seita oportunista ao lado de representantes da política burguesa. O PSTU, centrista, se conformou com o caráter burocrático da unidade para ter a chance de sua ex-candidata à presidência da República e ao seu representante da CSP-Conlutas tomarem a palavra para elevar à esquerda o tom do discurso.

A voz esquerdista contrária à reforma da Previdência se diluiu entre as vozes que indicavam que alguma reforma seria inevitável, e que o movimento deveria influenciar as negociações no Congresso Nacional. Por cima de todos, prevaleceu o chamado do ultra-burocrata, Paulinho da Força, à participação no processo de discussão parlamentar, para, assim, “desidratar” a reforma da Previdência.

Como se pode ver, a orientação geral foi dada pelos burocratas vinculados aos partidos da ordem burguesa. O direito do Solidariedade se manifestar por meio do deputado Paulinho da Força indicou que tal unidade comportava um agente bolsonarista, mascarado de oposicionista.

O objetivo político de transformar o 1º de Maio unitário em instrumento de negociação do projeto da Previdência de Bolsonaro-Guedes, no Congresso Nacional, levou a uma organização profissional burocrática da manifestação. O espaço do Anhangabaú foi cercado por grades, guarnecidas por seguranças particulares. O espaço interno foi dividido entre as centrais, que reuniram seus arregimentados, cada um com um colete, que se distinguia do outro, e os participantes que ficaram depois da grade, separados da tribuna. É sintomático que as esquerdas legais tenham concordado em participar sem sequer usar a tribuna para denunciar a burocratização antidemocrática do ato. O PSTU, PSOL, PCB e PCO se disciplinaram a essa organização, provavelmente, considerando que a concessão da burocracia para que tivessem a palavra lhe seria, de alguma maneira, útil. O resultado final é que se diluíram e colaboraram com uma unidade burocrática e uma diretriz burguesa dominante.



Não por acaso, os sindicatos não mobilizaram a classe operária para o 1º de Maio. Restringiram-se às suas bases de classe média. Embora, desta vez, os organizadores tenham limitado, na primeira parte, o caráter festivo do 1º de Maio, foi conservado o formato de comícios eleitorais. Isso diante do desemprego em massa, do subemprego crescente, da implantação da reforma trabalhista, do avanço da terceirização e da maldita reforma da Previdência em andamento. Não esteve presente a consciência de classe e a revolta latente que se agiganta no seio das massas.

Era esperado o anúncio da greve geral para junho. Definiu-se sua data para o dia 14. A distância de cerca de 40 dias do 1º de Maio foi planejada pela cúpula das centrais para que coincidissem com a votação no plenário da Câmara de Deputados da reforma da Previdência. Até lá, terá tempo para negociar com os parlamentares. Essa subordinação ao calendário legislativo, por si só, atesta que as centrais e os partidos de oposição se valerão do movimento para seus objetivos políticos particulares. Caso essa linha prevaleça, os explorados arcarão com mais uma reforma antipopular.

Importância da marcha da Sé

Foi correta de decisão da coordenação que, anos a fio, tem organizado o 1º de Maio nesse espaço histórico, de realizar uma passeata até o Anhangabaú. Apesar da sabotagem do PSTU, que no último período abandonou a Praça da Sé, deixando de ser um de seus organizadores, e, apesar da oposição de agrupamentos de esquerda que se alinharam por trás da burocracia da CUT, a marcha se realizou sob as bandeiras de: Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes, e greve geral. Dela participaram, como organizações, a Pastoral Operária, o POR e o PCB. Foi importante a presença de metroviários e movimentos populares. Certamente, a marcha poderia ser mais massiva caso a CSP-Conlutas e a Intersindical estivessem à frente de sua organização.

Não se pode perder de vista, porém, que sua importância residuiu na defesa da derrubada integral da reforma da Previdência, por meio da greve geral. A falha da marcha foi não ter se mantido organizada no interior do ato unificado, de maneira a se distinguir dos métodos burocráticos imperantes. O correto, agora, seria reunir a coordenação na forma de um comitê voltado a impulsionar a greve geral.

Recife / 1º de Maio passivo e burocrático

O dia internacional do trabalhador, em Recife, esteve muito distante do que era necessário. Convocado pelas centrais para as 9h, na praça do Derby, atraiu apenas uma camada de sindicalistas, predominantemente da pequena burguesia. A classe operária e a juventude estavam praticamente ausentes. O carro de som foi mais antidemocrático. As centrais anunciavam que somente entidades filiadas a elas poderiam falar. E, diferente dos dois últimos anos, não houve marcha.

Panfletamos, montamos nossa banca de materiais e, junto com um bloco de anarquistas, armamos nossas faixas e com o megafone gritávamos “*nada a festejar, o 1 de maio é dia de lutar*”. As falas da burocracia sindical enfatizavam a pressão parlamentar. Passavam os telefones de deputados. Contrapúnhamos a esta proposta eleitoral o grito de “*Marcha, piquete, greve geral. Ninguém tira do povo a previdência social*”.

Rio Grande do Norte / 1º de Maio pouco mobilizado pelas centrais

O primeiro de maio em Natal contou com cerca de 800 pessoas, dentre entidades estudantis e sindicais, com forte presença da base do movimento pela moradia (MLB). O ato iniciou na Praça das Flores, seguiu pelo bairro Petrópolis (um reduto da classe média alta), descendo em direção à Praia do Meio, onde caminhou pela sua orla e finalizou. Os atos na praia têm sido uma característica dos primeiros de maio anteriores organizados pela CUT, com bandas e sorteio de prêmios. Porém, este 1º de Maio, unificado, apesar de também percorrer a praia, manteve um caráter reivindicatório contra a reforma da previdência, levantando bandeiras e palavras de ordem, e finalizando com intervenções das entidades no carro de som, mantendo

No carro de som, o vereador do PSOL Ivan Moraes defendeu o retorno dos métodos do vira-voto e todos sindicalistas recomendavam que cada um deveria convencer seus familiares, colegas e vizinhos. Convencer de que? Todos já sabem que a Reforma da Previdência é uma desgraça. O que falta é essa burocracia sindical convocar as assembleias, comitês e construir a greve geral.

As falas se revezavam com músicas, mas até o músico estava à esquerda das Centrais, quando acolheu nosso grito em defesa da greve geral e defendeu uma greve para valer, por tempo indeterminado. O PSTU defendeu a Greve Geral, mas mostrou cumplicidade com o caráter passivo e antidemocrático do ato.

O 1º de Maio mostrou a necessidade de os trabalhadores exigirem a convocação de comitês e assembleias para organizar a luta direta contra a Reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes.

assim um mínimo elo de continuidade entre os dias 08 e 22 de março, e 24 de abril. Observa-se uma disposição de luta na vanguarda, apesar das direções das centrais e dos partidos não terem mobilizado efetivamente.

Em Mossoró, o 1º de Maio contou apenas com a vanguarda dos movimentos sociais. O eixo foi contra a reforma da previdência do governo federal (PSL) e “Lula livre”. Contou com uma concentração com café da manhã, logo após um passeio ciclístico em direção a sede do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) onde ocorreram falações e show com a banda Acarajazz. As falas contra a reforma da previdência seguiam o eixo da pressão aos parlamentares do Congresso Nacional.

FORD Concluída a traição aos operários da Ford

A assembleia de 30 de abril, realizada às escondidas, selou a demissão de 4.500 metalúrgicos. Estava claro que a direção do sindicato manobrava as assembleias para chegar a esse ponto. Segundo Rafael Marques, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, o acordo só foi possível graças “à consciência dos trabalhadores”. Trocando a mentira pela verdade, “consciência dos trabalhadores” quer dizer passividade e submissão ao jogo entre a multinacional e a direção burocrática, que acabaria em uma das maiores traições à classe operária dos últimos tempos. É isso que permitiu ao grão-burocrata dizer, na Tribuna Metalúrgica: “*Este acordo representa melhores condições para que as pessoas consigam se organizar e decidir o que fazer na sua vida*”. Aqui, sim, Marques disse a verdade. Com as indenizações no bolso, os operários, cada um com seu destino, vão procurar “o que fazer da vida”. Foram arrancados coletivamente da produção social e jogados individualmente no desemprego e na concorrência, para a qual o mercado de trabalho se encontra enormemente estreito. Somente nos últimos doze meses, a indústria de transformação fechou 11 mil postos de trabalho, e tendem a aumentar as demissões. Caso os demitidos da Ford queiram encontrar um novo emprego em outro setor da economia, também encontrarão as portas fechadas. São 13,4 milhões de trabalhadores que correm diariamente, e enfrentam filas para encontrar uma vaga. E são cerca de 30 milhões que formam o contingente de desempregados e subempregados. O

acordo de demissão com a Ford lançará os metalúrgicos nesse caldeirão de desesperados.

Não pode haver maior cinismo e hipocrisia quando diz Wagner Santana, presidente do sindicato, “*Nós vencemos esta importante batalha, com condições vantajosas de encerramento de contrato de trabalho da Ford para uma parcela significativa dos trabalhadores. A aprovação por unanimidade na assembleia estabelece uma forte vitória dos trabalhadores*”. Não houve nenhuma batalha. A direção sindical, ao contrário, trabalhou para que os operários não se revoltassem, não ocupassem a fábrica, e não espalhassem seu movimento entre a classe operária. A “batalha” dos burocratas se deu nos escritórios da montadora, que certamente os acolheu amigavelmente, e nas dependências do governo de São Paulo. Terminada a batalha dos escritórios, o sindicato passava a ter apenas a tarefa de impor as negociatas às assembleias ultra-controladas, antidemocráticas e sem vida. A unanimidade da assembleia, a que se referiu Wagner Santana, de fato, foi a unanimidade do medo, da incompreensão e da ausência de confiança dos operários em sua própria capacidade de luta. O “*encerramento de contrato de trabalho da Ford*” é uma forma patronal para não dizer demissão em massa. Finalmente, as “condições vantajosas” significam um valor acordado para evitar a luta, que poderia se espalhar entre os metalúrgicos da região, que há muito vêm sendo golpeados pelos acordos de flexibilização capitalista do trabalho. No fundo, a

burocracia sindical não passa de um apêndice das multinacionais, que utilizam seu papel de intermediária.

A covardia dessa direção está na razão direta de sua condição de casta, que se beneficia do controle do sindicato. Nas duas frases acima, temos de corpo inteiro o retrato do esperalhão que acaba de trair os interesses mais elementares dos operários e que, folgadoamente, transforma a profunda derrota em vitória.

O Boletim Nossa Classe, porta-voz do POR no movimento operário, fez o que pôde para despertar a consciência dos metalúrgicos e abrir os olhos para a sorrateira traição que a

burocracia preparava passo a passo, desde 19 de fevereiro. Esse foi o motivo da direção sindical orientar seus bate-paus a ameaçar, intimidar, fazer o cerco aos distribuidores do Nossa Classe, tomar os boletins das mãos dos próprios operários, amassá-los, rasgá-los e a jogá-los no esgoto que passa bem ao lado da fábrica. E, por último, a realizar a assembleia do acordo sem divulgação.

É preciso denunciar essa traição, de maneira a despertar o ódio da classe operária aos vendilhões, que se apossam dos sindicatos como se fossem propriedades privadas, e que usam a violência reacionária para sufocar qualquer tipo de oposição.

A traição não se limita aos operários da Ford

O fechamento de 4.500 postos de trabalho não é um acontecimento isolado. Faz parte da onda de demissões na indústria e na maior parte das atividades econômicas. A elevação da taxa de desemprego, desde a recessão de 2015, e a sua manutenção em altos patamares impulsionam a pobreza, miséria, fome e a hora de pedintes, que toma conta dos grandes centros urbanos.

O golpe de Estado, a instituição da ditadura civil de Temer e, agora, a eleição do ultra-direitista Bolsonaro se deram com a promessa de retomar o crescimento e ativar os empregos. A aprovação da reforma trabalhista e a terceirização se deu sob esse argumento. O mesmo está se passando com a reforma da Previdência. Essas contrarreformas, ao contrário do que se afirma, fortalecem as tendências à estagnação, à queda econômica e à subutilização de uma grande parcela da força de trabalho. A euforia com que se estimava um crescimento do produto interno bruto (PIB) acima do raquítico patamar atingido no governo Temer deu lugar ao pessimismo. Se se confirmar o prognóstico de que o país chegará ao final desse ano com um crescimento de 1,5%, a situação do desemprego estará ainda mais agravada.

Qualquer trabalhador sabe que o emprego é o problema número um de sua vida e da família. Sem essa fonte de existência, por mais que recorra a atividades informais, fatalmente será empurrado para a pobreza, ou da pobreza à miséria. É próprio das contradições do capitalismo a existência do exército de desempregados, que não apenas serve para rebaixar o valor da força de trabalho, como também para destruir parte dela. A tendência do capitalismo na sua fase última dos monopólios é a de massificar cada vez mais o exército de desempregados e mutilar a tal ponto um amplo contingente, que jamais será reincorporado na produção social. Essa contradição é estrutural e suas consequências são tão violentas que a burguesia não encontra solução, e a burocracia sindical se mostra impotente.

Observa-se, na história trabalhista do Brasil, como os mecanismos que serviram para regular a relação capital e trabalho no período da industrialização, cujo marco reconhecido é o da “revolução de 1930”, passaram a ser abolidos, desde o golpe militar de 1964, por serem considerados como travas ao desenvolvimento. Na realidade, as contrarreformas expressam as dificuldades da burguesia de desenvolver as forças produtivas nacionais, que se acham atravancadas, por se subordinarem às forças produtivas mundiais, chefiadas pelo capital financeiro e monopolista.

Em toda a parte, o desemprego e o subemprego se erguem

como o problema fundamental para vida dos explorados e para o movimento operário. De forma que o combate às demissões e as respostas consequentes ao desemprego implicam desenvolver o programa da revolução proletária. Somente a luta pela resolução da contradição estrutural pode organizar as massas em defesa da sua fonte de existência e superação da pobreza e miséria.

A resposta programática se encontra no mecanismo da *escala móvel das horas de trabalho*, por meio da qual as horas nacionais utilizadas são divididas entre todos os trabalhadores. Assim, se chega a uma jornada compatível com o pleno emprego. É aplicável ao capitalismo? De qualquer modo, é a única via de se extinguir o exército de desempregados e defender integralmente as forças de trabalho. Os que se opõem à bandeira da escala móvel das horas de trabalho, invariavelmente, se colocam no campo do

(...) a verdadeira defesa da vida das massas exige a estratégia revolucionária de derrocada do capitalismo, que tem por base o programa de expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

reformismo e do burocratismo sindical. Quem a defende – infelizmente se resume, na prática, ao POR –, levanta a bandeira de princípio e de luta política, que *emprego não se negocia, defende-se com luta!* O que não significa desconhecer as reivindicações intermediárias, como abertura emergencial de postos de trabalho, redução da jornada sem reduzir salário, estabilidade no emprego, etc. Nem tampouco desconhecer que a escala móvel das horas de trabalho é parte de um conjunto de reivindicações transitórias, entre elas, o controle operário da produção, que se chocam com os pilares do capitalismo em decomposição, e que levam os explorados a compreenderem e lutarem por sua estratégia própria de poder. Ocorre que a verdadeira defesa da vida das massas exige a estratégia revolucionária de derrocada do capitalismo, que tem por base o programa de expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Está aí por que os sindicatos são cada vez mais burocratizados, suas direções fecham os olhos para as demissões em massa, reconhecem a gravidade do desemprego apenas em palavras, correm a fazer acordos impostos pelo patronato, ludibriam os trabalhadores com as indenizações, com os planos de qualificação, e outras mixórdias.

Sob o governo do PT, assistimos a dois momentos. O primeiro, que contou com os ventos favoráveis da economia mun-

dial, e, assim, pôde fazer proselitismo com a bandeira de geração de emprego e distribuição de renda. O segundo, que foi atingido pela crise mundial de superprodução e quebra de forças produtivas, e, assim, arcou com a volta das demissões em massa, principalmente entre 2015 e 2016. A diretriz reformista do primeiro governo petista naufragou no segundo.

É importante essa referência, porque o PT é responsável por alimentar a burocracia sindical colaboracionista, mascarada de reformista e autoritária. O sindicato metalúrgico do ABC é um dos braços mais importantes do petismo, de onde se projetou Lula na política burguesa, e a CUT na política sindical estatizante. A traição que acaba de ocorrer na Ford não é senão mais uma das traições do sindicalismo burocrático, que se ergueu após a ditadura militar. Sob o governo de Lula, a diminuição da taxa de desemprego foi utilizada para avançar o colaboracionismo; sob o segundo, de Dilma Rousseff, o colaboracionis-

| Concluída a traição aos operários da Ford

mo foi utilizado para evitar a revolta dos trabalhadores, diante de milhares e milhares de demissões.

O burocratismo sindical e a política de conciliação se levantam como obstáculos à luta pelos empregos, por meio dos métodos próprios da classe operária e de seu programa. A experiência do fechamento da Ford remonta às experiências anteriores com os acordos de flexibilização capitalista de trabalho, e com a política burguesa de concessão às multinacionais. A tendência do capitalismo é a de destruir forças produtivas. Poderá haver algum momento de maior recuperação econômica e reabertura de postos de trabalho, mas, no geral, prevalecerá o inchaço do exército de desempregados. A aplicação do Programa de Transição é a condição da vanguarda mostrar à classe operária seu valor e suas convicções classistas e socialistas. O que desencadeará um confronto cada vez mais duro com a burocracia sindical e o colaboracionismo reformista.

A IMPOTÊNCIA DA CSP-CONLUTAS

O fechamento da Ford e o consequente acordo de traição foram tomados como um caso particular, sob a responsabilidade do sindicato metalúrgico do ABC. O contrário era verdadeiro, ali se passava um acontecimento que dizia e diz respeito ao conjunto da classe operária. O fechamento de uma das plantas da montadora norte-americana resultou em um ataque às forças produtivas do País, ainda que seja um ataque em um de seus elos. Basta observar que o setor automotivo vem há anos demitindo regularmente e eliminando direitos trabalhistas. É bem conhecido o peso econômico desse setor no conjunto da economia interna.

A direção do sindicato convocou uma manifestação, logo que a Ford anunciou a eliminação dessa unidade. Compareceram representantes das centrais e as correntes de esquerda. Condenou-se a decisão da matriz norte-americana, e se prometeu resistir às demissões. Dali em diante, as respostas ficaram inteiramente nas mãos dos burocratas de São Bernardo do Campo. Tudo foi feito para circunscrever o conflito dos operários com a montadora, como se fosse de interesse puramente local. E como o seu resultado não recaísse sobre o movimento operário nacional (pode-se dizer, também, internacional, uma vez que as montadoras estão destruindo postos de trabalho em toda a parte). Aí se expressou a visão e a divisão corporativas do sindicalismo colaboracionista.

Sabemos que a Força Sindical, CTB e congêneres não poderiam ter outro comportamento, senão fingir que ignoravam o andamento da crise aberta com o anúncio do fechamento da fábrica. A surpresa poderia vir da CSP-Conlutas e Intersindical, a primeira dirigida pelo PSTU e a segunda, pelo PSOL. Isso por que professam o sindicalismo classista, independente e distinto do sindicalismo de colaboração de classes. Somente por isso poderia ser surpreendente a conduta alheia e irresponsável. Na prática, no entanto, para quem vive e responde aos problemas da classe operária, não houve surpresa. O sindicato metalúrgico de São José dos Campos, alguns dias antes do anúncio do fechamento da Ford, havia fechado um acordo de redução salarial e de demissão por meio do PDV com a GM. A direção da CSP-Conlutas não foi capaz de organizar a resistência, e capitulou, sob o argumento oportunista de que acatava a vontade soberana da assembleia dos metalúrgicos. A Embraer foi entregue à Boeing sem que os sindicalistas de esquerda realizassem uma campanha nacional contra a desnacionalização. Em nenhum momento, o PSTU e a CSP-Conlutas se dispuseram

a constituir uma frente única anti-imperialista, que respondesse à ofensiva geral das privatizações e da entrega de patrimônios nacionais aos monopólios internacionais. Essa conduta passiva, que destoava do palavreado revolucionário, foi reforçada pela CUT, CTB, Força Sindical e demais centrais, cuja política é a de fazer concessões ao imperialismo, em nome dos explorados. A Intersindical, por sua vez, mantém-se na obscuridade. Sua inércia é tão grande que dificilmente se pode responsabilizá-la por qualquer fato. Tudo indica que sua função se resume a servir de instrumento eleitoral do PSOL. Característica esta que não lhe quita a responsabilidade pelo que se passou na Ford, GM, Embraer, etc.

O mais importante é ressaltar a impotência da CSP-Conlutas, que nasceu de uma ruptura com a CUT, sob a bandeira do classismo e da luta independente dos explorados. Essa impotência resulta da política centrista, que oscila entre o sindicalismo classista e o sindicalismo burocrático-colaboracionista. Seria um erro, de nossa parte, se responsabilizássemos apenas o sindicato metalúrgico do ABC, a CUT e o PT pela traição em São Bernardo do Campo.

Essa experiência é reveladora do quão profunda é a crise de direção. Os sindicatos estão à mercê de uma divisão interburocrática, da qual faz parte a esquerda centrista. O desenvolvimento embrionário do Partido Operário Revolucionário explica a inexistência de uma fração proletária no seio do sindicalismo. Esse pequeno desenvolvimento impossibilitou que a vanguarda revolucionária tivesse maior peso na luta contra a traição que se preparava contra os operários da Ford e a toda classe operária. O Boletim Nossa Classe poderia expressar uma força mais contundente, caso fosse encarnado por uma fração revolucionária organizada no interior do proletariado. Mesmo assim, a burocracia teve de reprimi-lo, para que suas posições e orientações corretas não influenciassem o curso dos acontecimentos. A omissão do PSTU, PSOL e das inúmeras correntes que se reivindicam do socialismo, por sua vez, favoreceu o bloqueio dos burocratas ao Boletim Nossa Classe, e o cerco repressivo aos militantes poristas.

Neste balanço, se evidencia a política revolucionária, em contraposição à política de colaboração de classes, ao burocratismo e à adaptação do centrismo. É dever da vanguarda, que se reivindica do classismo e da revolução, se posicionar, sincera e severamente, diante desse balanço.

15 de Maio

Greve geral da Educação contra a reforma da Previdência e os ataques à educação pública

Os sindicatos da educação, a CNTE e a centrais sindicais aprovaram a realização da Greve Geral da educação, no dia 15 de maio. Há inúmeros motivos para que os professores e demais trabalhadores do setor da educação façam parte do movimento. A educação pública vem sendo atacada de maneira geral pelos governos. O governo federal, através de seu Ministro reacionário Abrahan Weintraub, cortou 30% das verbas de todas as universidades federais, ampliando o desmonte desse setor; o governo estadual, de João Doria/PSDB, arrocha ainda mais o salário dos professores, divide as férias, militariza as escolas, abre uma CPI contra as universidades paulistas (ampliando a ingerência do Estado na universidade) e mantém as condições precárias de ensino e trabalho.

Por último, na esfera municipal, os trabalhadores em educação, em unidade com os demais servidores municipais, fizeram 33 dias de greve contra a reforma previden-

ciária de Bruno Covas/PSDB. Foi uma greve de resistência contra os confisco salarial e a imposição da Smapprev, que penalizará os futuros servidores com o mísero teto do INSS. No entanto, também teve o caráter de combater a reforma previdenciária de Bolsonaro/Guedes. Um ataque frontal às condições de vida da maioria explorada, ao impor 40 anos de contribuição, e elevar a idade para 62 anos para mulheres, e 65 para homens. Com os índices alarmantes de desemprego no Brasil, que hoje chega a 13 milhões de desempregados e 30 milhões de subempregados, a possibilidade de aposentadoria será nula.

Diante desse quadro de ataques, somente a unidade dos trabalhadores poderá colocar abaixo as medidas nefastas dos governos da burguesia. Somente através dos métodos da classe operária, como as greves, manifestações de rua, bloqueios e ocupações é que teremos conquistas.

14 de Junho

Por uma greve geral, organizada, massiva e combativa

No dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, as centrais, unificadas, convocaram os trabalhadores para a greve geral, em 14 de junho. Temos clareza do tamanho do ataque à vida das massas que a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes impõe. As pressões parlamentares, os abaixo-assinados, as manobras da oposição burguesa no Congresso Nacional não surtiram efeito. Os partidos burgueses, que apoiam ou não o governo militarizante, ditatorial e fascizante de Bolsonaro, estão negociando pontos da reforma.

Há uma clara a disposição de luta dos operários para barrar a reforma da Previdência. Sabem que essa reforma tem como objetivo penalizar ainda mais aqueles que produzem a riqueza do país. Sabem que, se não saírem às ruas, em greve, serão impedidos de se aposentar.

Foi essa disposição de luta que obrigou as burocracias dos sindicatos e centrais e estarem juntas no 1º de Maio. Foi essa disposição de luta que impulsionou a unificação das centrais sindicais. Portanto, para que o 14 de junho se transforme em um poderoso movimento de massas e, para que o Congresso Nacional e a burguesia acatem a bandeira Abaixo a reforma da Previdência, é preciso de um poderoso movimento nacional.

Defender o Salário Mínimo Vital nas assembleias

A cesta básica, medida todos os meses pelo Dieese, ficou mais cara. Em abril, o trabalhador terá de dispor de mais tempo de trabalho para conseguir comprar o mínimo necessário à sua sobrevivência e de sua família. Segundo o instituto de pesquisa, para que um trabalhador consiga o mínimo necessário, terá de dispor de 56,86% do salário mínimo, que hoje é de R\$ 998,00. Isso indica que a maioria dos trabalhadores arcará com um peso maior nas despesas com alimentação. O instituto calcula que o valor do salário mínimo, necessário para uma família de quatro pessoas, deveria ser, em abril de 2019, de R\$ 4.385,75.

Como se vê, é um valor com uma diferença astronômica em relação ao imposto pelo governo. A maioria dos operários e demais trabalhadores ganham no máximo dois salários mínimos. Sendo assim, muitos ficarão sem poder comprar os víveres necessários, além da vestimenta, da moradia, da saúde, da educação, da higiene, do transporte, do lazer.

O Partido Operário Revolucionário defende o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste. É um valor que supera o piso de Dieese. É um valor que deve ser definido pelos operários e demais trabalhadores em suas assembleias. Portanto, para que os patrões paguem o que é justo aos trabalhadores, é preciso ter luta. Somente através dos métodos de luta da classe operária, ou seja, as greves, manifestações de rua, piquetes e as ocupações, é que o Salário Mínimo Vital e a Escala Móvel de Reajuste serão aplicados.



Quatro férias no ano em SP?

No dia 26 de abril, o governador de SP, João Doria/PSDB, anunciou que os alunos e professores terão 4 períodos de férias/recesso, a partir do ano que vem. Segundo o projeto, serão duas semanas em julho, uma semana em abril (junto ao feriado do dia 21), uma semana em outubro (junto ao feriado do dia 12) e 30 dias entre dezembro e janeiro.

Aí já se percebe a manobra do governo, que vai transformar os feriados prolongados em “férias”. Na verdade, os recessos de abril e outubro serão para os professores corrigirem avaliações e lançarem notas. Em outras palavras, aumento da exploração, sem qualquer reajuste salarial. Pelo contrário, os professores da rede estadual, há vários anos, não recebem sequer a reposição da inflação.

Doria se utiliza da ideia do senso comum de que professor é “privilegiado” e tem “duas férias por ano”. Seu objetivo é colocar a população contra os educadores, pois, assim, fica com as mãos livres para fazer mais cortes na educação. O secretário de educação de SP tentou justificar a mudança:

“Longos períodos de férias são prejudiciais à aprendizagem, principalmente para as crianças em condições de mais vulnerabilidade. Aqueles que podem viajam com as crianças, mas quem está nas redes estaduais e municipais não consegue viajar, fica em casa assistindo TV”.

Pura demagogia. É revoltante ver o mesmo governo que dá arroz com farofa de merenda fazendo pose de quem se preocupa com o aprendizado dos alunos. Enquanto isso, as escolas seguem em péssimas condições, com prédios deteriorados, ausência de recursos didáticos, salas superlotadas, com o aumento da violência, profissionais desvalorizados, etc.

Os professores devem lutar para impedir a mudança nas férias, promovida pelo governo Doria. Na última assembleia da Apeoesp, a categoria já aprovou a rejeição à medida. Do ponto de vista prático, o que cabe é dar força total à greve nacional do dia 15 de maio. Só com a força da mobilização será possível dobrar o intransigente governo peessedebista.

Servidores do IFSP aderem à greve do dia 15 de maio

Em assembleia realizada no dia 7 de maio, os servidores dos campi do IFSP deliberaram pela adesão à greve geral da educação, no dia 15 de maio.

O Sinasefe-SP chamou a assembleia geral dos servidores no campus São Paulo, que contou com muitos servidores e estudantes do ensino superior, médio e técnico, os servidores também apontaram para a unidade dos setores.

Nossa intervenção na assembleia mostrou que está correta a defesa da unidade com outros setores para combater os cortes nas federais e a reforma da Previdência. Contudo, reforçamos que a unidade precisa ser concreta, na prática.

Lembramos o caminho da unidade percorrido pelos servidores municipais nos seus trinta e três dias de greve, e do 1º de maio, unificado pelas centrais sindicais, diante da pressão da base.

Desta forma, o POR fez a proposta de chamar uma assembleia unificada entre todos os setores do IFSP, estudantes, funcionários e professores, para concretizar a bandeira de unidade. Nossa proposta foi aprovada por unanimidade com polêmica apenas na data. A decisão final apontou o dia 30 de maio para a assembleia conjunta, contudo ainda precisa ser ratificada pelos estudantes, em assembleia no dia 13.

A pauta da assembleia unificada será principalmente contra os ataques do governo Bolsonaro, a reforma da Previdência e os cortes de verba nos IFs. Além disso, esta assembleia será de suma importância para organizar a greve geral do dia 14 de junho.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes!

Em defesa da autonomia universitária!

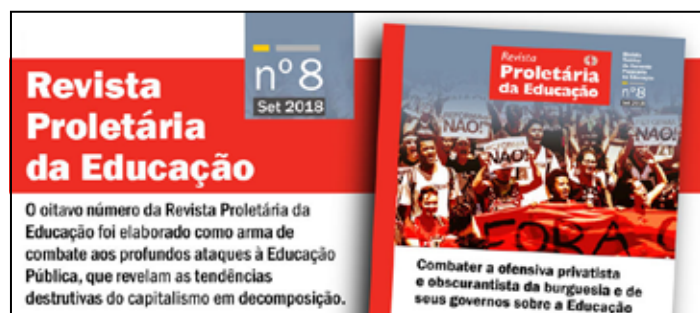
Contra todos os cortes na educação!

Organização do 15/05 em Pernambuco: GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

No dia 03/05, ocorreu em Recife uma reunião unificada entre trabalhadores da educação básica (rede estadual, municipal e federal), universidades, estudantes e movimentos

sociais, para organizar a greve nacional da educação no dia 15/05. As intervenções mostraram que a defesa da educação pública e a luta contra a reforma da Previdência é o motor que forjou esta unidade.

Apesar da proposta apresentada pela CNTE se colocar pela organização apenas do ato, com um caráter cultural, apareceu durante as falas a preocupação de como fazer do dia 15/05 parte da construção da greve geral, com a formação de comissões para impulsionar a campanha, e garantir que não seja uma greve meramente formal. A direção do Sinasefe e o POR propuseram um panfleto unificado, para ser distribuído nos locais de trabalho, estudo e população. Abaixo reproduzimos o texto aprovado:



Dia 15 de maio é dia de LUTA!

Greve Nacional da Educação! Em defesa da Educação Pública e Contra a Reforma da Previdência!

Na última semana, o governo Federal anunciou mais um duro ataque, com o corte R\$ 5,7 bilhões de verba da educação pública. Isso atinge desde a educação básica ao ensino superior. Deste corte, aproximadamente 40% foi do ensino básico, 34,54% dos IFs e 25,38% das Universidades Federais. Isso contradiz o discurso do governo de tirar do ensino superior para priorizar o ensino básico. Assim, os já reduzidos recursos destinados ao ensino foram mais rebaixados. Esses cortes representam a destruição da educação pública, com agravamento dos problemas já enfrentados, como: a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os gastos com educação e saúde, resultando em maior sucateamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fechamento de escolas; a reforma do ensino médio, que serve para sucatear e privatizar o ensino; o projeto Escola sem partido, e a crescente militarização da educação pública, para calar os que se levantarem pelas reivindicações; ataque à gestão democrática e a terceirização dos trabalhadores, que atinge diversos setores do serviço público.

Junto aos cortes, querem que trabalhemos até morrer, com uma reforma da Previdência que prolonga o tempo de serviço e de contribuição. Para recebimento da aposentadoria integral, será preciso trabalhar por 40 anos sem interrupção. Com o aumento do desemprego, conseguir contribuir por todo esse tempo é quase impossível. Isso é um ataque principalmente à juventude, que sofre com o desemprego, ainda mais com a proposta do governo Bolsonaro de criar a carteira de trabalho verde e amarela, onde o jovem opta por abrir mão dos direitos trabalhistas, em troca do emprego. Dentre os diversos ataques, aumenta a idade mínima para as mulheres se aposentarem, e ainda ataca a aposentadoria de trabalhadores rurais; diminui o valor do benefício de amparo social para menos de um salário mínimo, e adota um regime de capitalização, que fracassou em diversos países, a exemplo do Chile, que possui alto índice de suicídio de idosos.

Paraná: funcionalismo começa o enfrentamento ao governo

No dia 29 de abril, o funcionalismo estadual do Paraná fez uma paralisação unificada em todo o estado. Servidores da educação básica, penitenciários, meio ambiente, universidades, parte da saúde, polícia civil e outros setores paralisaram parcial ou completamente nesse dia, que se completou quatro anos do massacre do Centro Cívico, em Curitiba. Nesse dia, também uma comissão do governo e da Assembleia Legislativa se reuniu com representantes dos servidores estaduais, para discutir a pauta de reivindicação, principalmente a reposição salarial, que acumula 17% de perdas após três anos de congelamento. Enquanto ocorria a reunião com o governo, os servidores do Estado fizeram uma manifestação, frente ao Palácio Iguaçu.

Embora o movimento se limitasse àquele dia e não tivesse a radicalidade dos enfrentamentos de 2015 ou 2016, desta vez foi mais amplo, envolvendo mais setores do funcionalismo, que se insurgiram não apenas pela reposição salarial, mas por condições de trabalho, que se degradam a cada dia. O que impulsionou os servidores estaduais foram as diversas declarações afrontosas do governador e seus secretários nos dias anteriores, de que o Estado não atenderia qualquer reivindicação. Foi uma provocação, em face do comprovado crescimento na arrecadação do Estado do Paraná, durante todos os anos em que congelou os salários.

Certamente, o governador Ratinho Jr não pretende atender os pleitos do funcionalismo, mas, a extensão da mobilização e a pos-

sição de se repetirem as greves de 2015 e 2016 pesaram nos cálculos dele e de sua base parlamentar. Afinal, não está muito distante o dia em que 30 deputados tiveram de entrar num camburão da PM para dentro da ALEP, cercado pela multidão de milhares de funcionários públicos, e quase foram linchados no interior da Assembleia. Pesou também a pressão de certos setores do funcionalismo vinculados à segurança pública, que se insurgiram contra o arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho.

Não à criminalização de Camila Marques (IFG)!

No dia 30/04, houve a audiência preliminar do juizado Especial, que tratou do processo da professora Camila Marques, diretora do Sindicato Nacional dos Servidores Federais (SINASEFE), presa por “desobediência”, no último dia 15/04, no IFG de Águas Lindas – GO, ao defender 3 estudantes de uma abordagem violenta da polícia no interior do campus. A Assessoria Jurídica Nacional do SINASEFE fez a defesa, solicitando arquivamento, por compreender que não houve nenhum crime por parte da professora. Mas, o juiz sequer colocou o direito de defesa, propôs uma Transação Penal (com multa de R\$ 500,00 ou 3 meses de serviços comunitários), a defesa não aceitou o acordo, defendendo a inocência de Camila. A denúncia vai seguir para o Ministério Público. O celular dela, apreendido no dia da prisão, ainda não foi devolvido pela polícia civil.

Todos os movimentos sociais devem organizar a defesa dos lutadores, principalmente em um Estado policial-militar. Assinar a Transação seria assumir que é crime se colocar contra a violência da polícia no interior do campus. Defender os lutadores é parte da defesa das reivindicações. Não à criminalização de Camila Marques!

Em face desse movimento, o governo fez a jogada de criar uma comissão com os sindicatos para “estudar” alternativas para atender o pleito dos servidores. O que foi apresentado pela burocracia do Fórum dos Servidores como uma “vitória” corre o risco de se constituir numa armadilha, pois, da parte dos técnicos do Fórum, durante a reunião com o governo, já surgiu a “ideia” oficialista de repor ao menos a inflação do último ano e parcelar o restante. Quer dizer, num momento em que o governo é obrigado a ceder, a burocracia já acena com uma saída conciliadora e, principalmente, que vá contra os interesses dos trabalhadores.

Neste momento, a “comissão mista” está se reunindo e discutindo e, se as bases não pressionarem seus representantes, corre-se o risco de naufragar novamente num acordo espúrio. Nenhuma trégua na mobilização, e rejeitar qualquer acordo que fique abaixo da reposição total das perdas!

Rondônia

FAMILIARES BLOQUEIAM BR 364, REIVINDICANDO TRANSPORTE ESCOLAR

Entram prefeitos e saem prefeitos, e o transporte escolar da área rural de Porto Velho continua sem solução. O problema se arrasta há anos, e a situação só tem piorado, principalmente com o prefeito Hildon Chaves/PSDB. O ano letivo de 2019 se iniciou no dia 1º de abril, mas, mesmo assim, só algumas localidades conseguiram dar início. Nas áreas ribeirinhas, sem transporte escolar, as aulas não começaram.

No dia 9 de abril, os familiares dos alunos, indígenas e comunidades das localidades adjacentes bloquearam a BR-364, sentido Acre a Porto Velho, um bloqueio que durou mais de 48 horas. Diante da manifestação contra a prefeitura de Porto Velho, a juíza federal, Grace Anny de Souza Monteiro, determinou a liberação da rodovia, com velha fórmula: ou sai pacificamente, ou a polícia agirá. Hipocritamente, a juíza disse que não há ilegalidade em protestos pacíficos, desde que não impeça a circulação do tráfego e a segurança daqueles que usam a rodovia. E concluiu impon-

do uma multa de 1 salário mínimo para cada manifestante, por hora de ocupação.

Apesar das ameaças, os manifestantes permaneceram por mais algum tempo no local, liberando a BR somente depois do prefeito se comprometer em regularizar a situação do transporte escolar.

Como se vê, a situação é grave. As crianças e jovens de áreas rurais e ribeirinhas estão fora da escola, e já estamos quase na metade do ano letivo. Os professores serão penalizados, porque terão de trabalhar durante as férias, para supostamente cumprir o calendário escolar. Dizemos supostamente porque esse prejuízo não se repõe.

O fundamental é exigir que o sindicato da educação tome à frente dessa luta, organizando os pais, estudantes e professores, e unindo com o movimento geral dos trabalhadores da educação. O isolamento do movimento favorece o prefeito. Daí a importância de convocar assembleia unitária e fortalecer a luta dessas famílias pelo direito à educação.

Notas Nacionais

Acabou a historieta da rejeição do “toma lá dá cá”

Bolsonaro aceitou reconstituir os ministérios do Desenvolvimento Regional e o da Cidades e Integração Nacional. Tudo indica que um vai para o PP e outro para o DEM, dois maiores partidos que aglutinam o chamado “centrão”. Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, e Davi Alcolumbre, presidente do Senado, poderão ser os padrinhos. Ambos os ministérios servem de canais a governadores e prefeitos. Reconstituem-se dois braços políticos das oligarquias regionais. Ou Bolsonaro se curvava, ou a reforma da Previdência não andava. A bandeira de que, se eleito, Bolsonaro acabaria com a política do “toma lá dá cá”, fonte de corrupção, se espatifou.

Foi estupidez, ou malandragem, dos bolsonaristas acreditarem que seria possível um governo capaz de se impor diante do Congresso Nacional oligárquico, simplesmente por meio de uma vontade subjetiva. Para acabar com esse tipo de transação política, própria de uma democracia semi-desenvolvida, Bolsonaro teria de assumir a forma de um governo bonapartista. Ou seja, um governo militar-policial colocado acima dos partidos e das instituições do Estado, exercendo um poder ditatorial. Essa era sua vocação, depois de suceder, pela via eleitoral, a débil ditadura civil de Temer. Débil porque também não conseguiu se impor como bonapartista, nascida do golpe institucional. Bolsonaro não reuniu forças para se distinguir de Temer, logo de início do mandato. A persistência da crise econômica, e o fato do golpe de Estado de 2016 não ter se configurado em uma derrota das massas, limitaram os traços bonapartistas do

novo governo. A composição do poder marcada pela presença de militares e o fortalecimento da polícia-política apontaram para um governo ditatorial, que deveria imediatamente se sobrepor ao Congresso Nacional, e disciplinar burocraticamente a fragmentação partidária da burguesia. Aí sim, Bolsonaro mostraria capacidade para restringir o “toma lá dá cá”.

O que se vê é um governo em geral desorientado, que tem por tábua de salvação a aprovação da reforma da Previdência. As disputas internas entre militares e olavistas são episódicas e quase não têm transcendência. O importante desse conflito é que revela a debilidade do governo em centralizar as forças da burguesia no poder de Estado, e alinhá-las à direção econômica. Está aí Bolsonaro assinando a reconstituição de dois ministérios, rodeado dos partidos do “centrão”, cuja política necessariamente depende de todo tipo de venalidade e corrupção.

É necessário, por outro lado, considerar o papel da oposição, que se tornou ainda mais minoritária. O PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL facilitam as coisas para o “centrão” e Bolsonaro, ao procurarem a via de negociação parlamentar da reforma da Previdência. Prevalece a tese de que alguma reforma nesse sentido deve ser feita. Cresce, inclusive, a divisão interna no PT. Está difícil segurar na rédea os parlamentares que querem se colocar no campo da negociação com o “centrão”. O PCdoB, que se diz contrário à reforma de Bolsonaro, apoiou a candidatura de Rodrigo Maia para a presidência da Câmara de Depu-

tados, sabendo que se tratava de um homem das fileiras do governo. O PDT de Ciro Gomes pende para as negociatas, assim como o PSB. O PSOL é o manco correndo atrás dessa oposição, acreditando na constituição de uma “frente progressista”.

No 1º de Maio unificado, foi dada a tribuna para o burocrata e chefe do Solidariedade, Paulinho da Força, para discursar em favor de uma negociação com o “centrão” para “desidratar” o projeto de Bolsonaro. O sintomático desse discurso é que revela, de um lado, que uma boa parte das centrais vai trilhar esse caminho e, de outro, que a outra parte espera o usar o

movimento das massas para pressionar os parlamentares e dar amplitude à voz da oposição raquítica.

Nota-se que há um “toma lá dá cá” nas bases do governo e um “toma lá dá cá” na oposição. Realiza-se uma grande jogatina, que recairá pesadamente sobre a maioria oprimida.

A tarefa da vanguarda é a de denunciar aos explorados a impostura burguesa e a adaptação das esquerdas democratizantes, trabalhar por sua independência política, desenvolver o programa de reivindicações, e popularizar a estratégia própria de poder da classe operária.

Derrota de Moro

A retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) como atribuição do Ministério da Justiça e Segurança Pública representou uma derrota de Sérgio Moro. A decisão da Comissão Mista do Congresso ainda pode ser revertida no plenário da Câmara e do Senado. No entanto, ficou mais difícil para o ex-juiz da Lava Jato manter o Coaf sob sua guarda. Trata-se, evidentemente, de uma disputa interna ao governo e ao Congresso Nacional.

O fato em si não tem muita transcendência para a política do proletariado. Tem importância para se compreender as manifestações da crise no seio da política burguesa. Uma das exigências de Moro para constituir o Ministério da Justiça era ter em suas mãos o Coaf, antes alocado no Ministério da Economia. Isso porque auxiliaria, decisivamente, no combate à corrupção.

O Coaf reúne todas as informações referentes a transações financeiras. Segundo a Operação Lava Jato, seria impossível a abrangência que teve se não fosse a sua contribuição. Pelo visto, a colaboração desse organismo estratégico não é suficiente. Tal-

vez não tenha colaborado tanto quanto a força tarefa da Lava Jato desejava e precisava. Ocorre que a vida econômico-financeira de parlamentares, presidente, governadores, juízes, promotores e da alta burocracia do Estado está inteiramente à disposição do Coaf.

O sigilo bancário e dos negócios serve de proteção à burguesia e seus representantes na política. A possibilidade de vazarem informações existe, depende apenas da situação política e das disputas interburguesas.

Moro passou a reunir um enorme poder, tendo o Coaf alocado no Ministério da Justiça. É difícil encontrar um político, partido ou um alto burocrata sindical que não esteja metido em negociatas. É mais conveniente, para a harmonia entre as forças burguesas, que o Coaf volte ao Ministério da Economia.

A bandeira dos explorados é a de acabar com toda forma de sigilo, que as contas bancárias e a evolução patrimonial estejam abertas à população. Certamente, a abertura das contas dessa gente provocaria um feroz ódio aos seus exploradores.

CNBB procura se aproximar de Bolsonaro

O novo presidente da CNBB, eleito na 57ª Assembleia Geral, d. Walmor Oliveira de Azevedo, se mostra propenso a se encontrar com Bolsonaro. O fato desse governo se apoiar nas igrejas evangélicas dificultou as relações com o catolicismo. O próprio presidente da República é um fervoroso pentecostal. Logicamente, entregou ministérios aos partidários evangélicos. A diminuição da influência da igreja católica no aparato do Estado preocupa o Vaticano.

Tanto evangélicos, quanto católicos, dependem de recursos do Estado, de subsídios e isenções. Boa parte do assistencialismo e da “caridade” é realizada sob a sombra do Estado. Saúde, educação, moradia, etc. são as áreas em que as igrejas arregimentam a população pobre e, estendem seu poder ideológico. Eis por que em todas as eleições as igrejas estão presentes, e concorrem para aumentar o seu poder político no Congresso Nacional, nos governos dos estados e municípios. Religião e política burguesa estão interpenetradas e inseparáveis.

Historicamente, a igreja católica esteve no centro da colonização, da independência, da república e da democracia oligárquica. Exerceu o monopólio junto à política burguesa por um longo período. Não importando a forma de governo, se democrático ou ditatorial, se liberal ou fascizante, a igreja católica sempre esteve com o poder. O crescimento exponencial das igrejas evangélicas, impulsionadas desde os Estados Unidos, não rompeu a sua hegemonia, mas reduziu sua influência nos últimos tempos. A eleição de Bolsonaro, pela primeira vez, possibilitou uma projeção política dos evangélicos, que antes não foi possível. É bom lembrar que Lula, para ser eleito, necessitou do apoio dos evangélicos. Seu

governo repartiu a influência com a igreja católica. Essa aliança política foi tão decisiva, que o vice-presidente de Lula foi José Alencar, capitalista industrial e homem da igreja Universal. Essa composição resultou em uma concessão de Lula ao Vaticano, com o qual estabeleceu um acordo de Estado. O que levou as igrejas evangélicas, posteriormente, a se tornarem renhidas opositoras do governo petista. Estiveram na base do golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff, serviram de apoio à ditadura civil de Temer, e tiveram um importante papel na eleição de Bolsonaro.

A igreja católica necessita, agora, restabelecer sua influência sobre a governabilidade. Um de seus objetivos é o de convencer Bolsonaro a manter o acordo de Estado com o Vaticano. A nova direção da CNBB tem a incumbência de mostrar aos militares, que controlam os principais postos do governo, que a igreja católica não fará oposição radical, cumprindo apenas o papel de “vigilante” da justiça aos pobres, indígenas, quilombolas e aos milhões de infelizes. O episódio do “Sínodo da Amazônia”, em que a ABIN espionou as atividades de padres e bispos, criou um primeiro atrito, que mostrou à igreja a necessidade de aparar as arestas com o governo.

Os acordos entre as igrejas e os governos concluem, invariavelmente, servindo aos interesses da burguesia. Bolsonaro não pretendeu e não pretende transformar seu vínculo político-religioso com os evangélicos em ruptura com a igreja católica. Não há dúvida de que a CNBB estará com o Congresso Nacional para aprovar a reforma da Previdência. A luta da vanguarda é por independizar a classe operária e a maioria oprimida da ideologia dominante, o que inclui a religião.

USP: Assembleia estudantil é dissolvida pela direção, para que não tomasse medidas concretas de luta

No último dia 9/5, depois da pressão sobre a direção do DCE, feita pela campanha do POR e independentes, e por boa parte dos centros acadêmicos (CAs), realizou-se a primeira assembleia de estudantes da USP deste ano. Havia muitos problemas a serem respondidos coletivamente. Dentre eles, destacamos a morte do estudante Filipe Varea Leme, enquanto trabalhava em desvio de função na Escola Politécnica (Poli); a aprovação da CPI das universidades na Assembleia Legislativa de S. Paulo (Alesp), que aumenta o intervencionismo sobre elas; a necessidade de organizar a luta para participar da Greve Nacional da Educação, em 15/5, contra a reforma da Previdência e os cortes na Educação; sem falar dos problemas mais internos da USP (falta de 3.600 funcionários e

550 professores, congelamento salarial, corte do passe livre e estudantil dos moradores, precarização e falta de moradia, superlotação do transporte, repressão sobre militantes funcionários e estudantes, etc.)

O POR e os independentes fizeram uma boa campanha de convocação, o que pressionou a direção do DCE, às vésperas da Assembleia, a colar cartazes e passar em salas de aula. Assim, a assembleia acabou lotando o vão livre da História. Esta poderia ser a base da deflagração de uma mobilização estudantil efetiva, que, por sua vez, poderia pressionar funcionários e professores a irem à luta. O problema é que a direção do DCE não estava disposta a isso.

Iniciada a Assembleia, a direção do DCE deu seu “informe” sobre o que es-

tava sendo feito. Muito discurso, pouca prática efetiva. A seguir, passou a palavra ao Sintusp, cujos representantes afirmaram que defenderiam um tranço no portão principal da USP em sua próxima assembleia, marcada para o dia 13, desde que isso fosse aprovado ali na assembleia estudantil. Passou-se a palavra à presidenta da UNE, que discorreu longamente contra o governo Bolsonaro e suas medidas contra os trabalhadores e a educação, porém, sem nenhuma palavra sobre uma mobilização concreta. Somente aí é que se abriram as inscrições para os informes. O POR foi o primeiro a se inscrever para os informes, pretendíamos informar sobre a morte do estudante por conta da precarização e sucateamento da USP, transmitindo à assembleia a necessidade de apurar o que aconteceu e exigir da reitoria/governo a contratação dos 3.600 funcionários e aumento das bolsas estudantis, de forma a que não mais acontecesse, nem com estudante, nem com funcionário, outra morte em decorrência dessa política nefasta para a universidade e adaptada à imposição do chamado “ajuste fiscal” governamental. Mas a mesa (DCE/PT) inscreveu antes dezenas de CAs, de forma a estender o tempo de falas, esvaziar a assembleia e fazer aprovar o que eles pretendiam: sua “campanha” pela autonomia universitária, que não diz uma palavra sobre os problemas da USP, e que tem como método a conciliação com a reitoria, caracterizada por eles como “aliada” contra a direita da Alesp.

Mas uma questão de ordem impôs o informe da morte do estudante, e a assembleia reagiu ativamente a ele, indicando disposição de combater a reitoria/governo. A partir daí, a direção petista passou a atravancar completamente a assembleia, propôs que se votassem propostas de consenso e que não houvesse falas. Perdeu-se grande tempo para a contagem dos votos, com maioria apertada em favor da mesa. As declarações de abstenção foram sabotadas no som e encurtadas gradativamente, de um minuto a 15 segundos.

A seguir, a direção propôs o encerramento da assembleia, antes de qualquer votação de resolução prática, agendando nova assembleia para o dia 16/5. Com votação sumária e vista de “contraste” pela mesa, se encerrou a assembleia, e

Militantes do PSOL rasgam kraft que defendia a greve como resposta à morte de Filipe

O POR e independentes confeccionaram um kraft para defender a greve como resposta ao assassinato de Filipe pela precarização e sucateamento da USP. Uma militante do PSOL se dirigiu aos que tinham feito o kraft exigindo que fosse arrancado, pois, o nome do Filipe associado à greve feria os sentimentos de luto de seus amigos. Acusava o POR de usar a morte de Filipe para defender a greve.

Os militantes responderam que não havia desrespeito algum, ao contrário, a exigência de que se parasse com a precarização do trabalho era a forma de não deixar sua morte passar em branco. Que não tirariam o kraft, e que a revolta da psolista era por conta da defesa da greve, e não o nome de Filipe.

A psolista se juntou a dois militantes homens, um deles com a camiseta do “Juntos” (corrente estudantil do MES/PSOL) e um outro, dito “independente”, para arrancarem a faixa. Os dois, que deviam ser uma espécie de “seguranças” para a moça, sequer enfrentaram os dois poristas, que tentavam dissuadir a psolista. Ela conseguiu rasgar o kraft. Ao que um porista denunciou amplamente aos estudantes que estavam no saguão e nas salas de aula, que se tratava de uma ação de censura política, análoga àquela praticada pelos bolsonaristas em salas de aula, e que não nos calariam, fariam um novo kraft e quantos fossem necessários, sem ceder um milímetro à defesa da greve como meio de resposta à morte de Filipe.

Depois de muitas conversas com amigos do estudante morto, outro kraft foi colocado no lugar, apenas sem o nome de Filipe, mas mantendo as mesmas bandeiras. Consultado posteriormente, o pai do estudante concordou com o kraft e ainda disse que se deveria manter o nome do rapaz na faixa.

Rechaçamos os métodos autoritários e gangsteris de ação dos militantes do PSOL, que estão empenhados em fazer crer que a reitoria é aliada dos estudantes na defesa da autonomia universitária, contra a direita da Alesp, e por isso não deve ser combatida de forma radical.

A liberdade de expressão e manifestação deve ser defendida por todas as correntes que se reivindicam do socialismo. Ela só tem limites nas decisões coletivas das assembleias, que são quem tem soberania para decidir sobre as manifestações indevidas e tomar medidas quanto a elas.

O POR continuará sua campanha em defesa da greve unificada, para por fim à precarização do trabalho na USP.

com ela a possibilidade de discussão e deliberação de medidas práticas de luta conjunta do movimento estudantil diante da conjuntura de ofensiva contra a educação e até contra a vida de estudantes e trabalhadores da USP.

É preciso reverter esse quadro, com uma ampla campanha de discussão e convocação da próxima assembleia nos cursos. As correntes de esquerda, que votaram junto ao POR e independentes, de-

pois de 5 anos de colaboracionismo com a direção do DCE, devem agir ativamente nessa convocação, não basta comparecer à assembleia só para discursar e votar.

Os estudantes compareceram à assembleia e foram indo embora por conta da conversa mole e enrolação da direção do DCE (PT), ajudada por subordinados PSOL e PCB.

É necessário impulsionar a tendência de luta presente, de forma a participar ati-

vamente da greve geral do dia 15/5, estendê-la na USP por conta do enfrentamento à política de sucateamento e precarização que assassinou Filipe, e pela real autonomia e democracia universitárias, que somente podem concretizar-se por meio da assembleia geral universitária e da formação de um governo tripartite, eleito por voto universal, com revogabilidade de mandato e subordinado à Assembleia dos três setores.

Pernambuco

UFPE: na consulta para a reitoria, defender o governo tripartite com soberania da Assembleia Geral Universitária

Somamo-nos, neste início de 2019, à construção de um posicionamento coletivo no processo eleitoral para a reitoria. Consideramos que o fundamental é erguer um movimento capaz de fazer frente à ofensiva militarista, obscurantista e ultraliberal do governo Bolsonaro. Com este propósito, impulsionamos a realização da semana de recepção unificada, e as plenárias para debate sobre a forma e programa da chapa coletiva. Nesses debates, apresentamos a importância de nos opormos ao poder da burocracia universitária que, em última instância, expressa a ingerência da Burguesia e seu Estado com seus planos privatistas, antiautonomistas e reacionários. Para isso, consideramos fundamental a defesa de que o co-governo de estudantes, professores e técnicos, se dê com a soberania da Assembleia Geral Universitária, com mandatos revogáveis e voto universal. Essa proposta, porém, não obteve a maioria na plenária em que foi debatida. Prevaleceu a defesa de um co-governo apoiado em um Conselho Universitário paritário. Nossa caracterização é de que essa forma de poder não rompe com o poder da burocracia, composta por uma casta docente. E, mais do que isso, não prepara a comunidade universitária para responder aos brutais ataques em curso. A soberania da Assembleia Geral Universitária tem importância decisiva, pois, só teremos força para romper com a ingerência da burguesia por meio de um movimento coletivo e democrático, em que as assembleias deliberam e executam suas medidas. Após esta definição, devido ao procedimento democrático de construção da chapa, mantivemos a disposição em seguir no debate do programa. Mas, as reuniões agendadas para esta finalidade foram dispersivas, dificultando um real debate sobre as ideias. O programa que se foi configurando acabou sendo uma atualização do programa da candidatura Universidade Pública em Movimento. Sua característica é de um programa reformista para Universidade, em que as denúncias ao sistema atual vêm acompanhadas de ideias de que a Universidade deve voltar-se à sua função “original” de produzir conhecimento para resolver os problemas da “sociedade”; de criar canais de participação da “sociedade” para debater os problemas da “sociedade em geral”. Enfim, uma idealização do papel da universidade na sociedade capitalista. E, mais do que nunca, qualquer ilusão reformista só vai dificultar a luta contra o governo por meio dos métodos necessários, os da ação direta. Diante disso, a militância do Partido Operário Revolucionário se retirou da construção da candidatura. Os presentes na reunião dedicada a discutir o programa ponderaram que não havia divergências significativas, mas apenas mais mediações nas propostas deles. Por mediações, entendem estas atuações no âmbito jurídico-parlamentar. Mesmo assim, mantiveram nossas contribuições

à construção do programa, como no caso do Hospital de Clínicas, a defesa da efetivação dos trabalhadores da EBSEH, e convocação de concurso apenas para preenchimento de novas vagas.

Há outras quatro chapas disputando a reitoria. A atual gestão se dividiu em duas candidaturas: expressam as propostas mais à direita. O PCdoB tem seu candidato, e o atual diretor do C.E. tem agregado o apoio do Levante Popular da Juventude. Defendemos o voto crítico à candidatura Movimenta UFPE, pois, é a única que coloca a necessidade de um governo compartilhado pelas três categorias, e por ter em seu interior aqueles que estão na linha de frente das greves, ocupações e frente antiburocrática no interior do sindicato, e junto com a campanha tem feito o chamado à greve nacional da educação e greve geral. Seguimos, porém, defendendo nosso programa e métodos para a Universidade.

AMEAÇAS À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

No dia 8 de maio, reitores das universidades públicas de Pernambuco e os candidatos à reitoria realizaram uma atividade no CTG-UFPE, para discutir o brutal ataque à educação promovido pelo governo Bolsonaro, e para apresentar suas propostas para o atual cenário político. Com o tema “ameaças à autonomia universitária”, o atual reitor Anísio abriu a atividade, sua fala foi de críticas ao governo Bolsonaro e da necessidade de mobilização. Estudantes que compareceram levantaram questionamentos sobre o restaurante universitário e sobre o corte de bolsas. O reitor simplesmente ignorou. As falas dos demais reitores também foram de “resistência”, e das qualidades e avanços que as universidades do nordeste têm.

Em seguida, ocorreu a apresentação dos candidatos à reitoria. A maioria das propostas girou em torno do incentivo e expansão da produção científica e políticas de inovação. Diante de tantos ataques do governo, apenas uma chapa, a “Movimenta UFPE”, criticou o processo de privatização das universidades, e fez um chamado para a greve na educação. No entanto, mescla a defesa de formas de ação direta com propostas de levar a luta para o parlamento, de criar manifestos em defesa da universidade e de tornar este ambiente mais acolhedor.

Não é possível resolver nossos problemas no antro da burguesia. É necessário enfrentar o governo Bolsonaro com independência de classe. O momento é de unificação de estudantes, funcionários e professores, a fim de organizar a greve na educação e caminhar para greve geral contra a reforma da Previdência e os demais ataques ao proletariado

Assembleia estudantil aprova calendário de lutas e formação de comando unificado

No dia 06 de maio, foi realizada uma Assembleia Estudantil na UFPE, convocada pela União Nacional dos Estudantes, UNE. A participação foi massiva, indicando que, apesar do DCE estar fechado há quase uma década, há disposição de luta.

A Corrente Proletária na Educação tentou articular uma reunião de professores, estudantes e técnicos, mas vieram poucas pessoas, além da própria militância. Apesar disso, pudemos definir a necessidade de propor a criação do comando unificado de estudantes, professores e técnicos e a Assembleia

Geral Universitária. Essa defesa foi feita na Assembleia por um estudante da CPE, reforçada por uma docente e um técnico. O plenário a aprovou junto com um calendário de atos sobre o restaurante universitário e preparação para a Greve Nacional da Educação, em 15 de maio. Na assembleia docente, foi aprovada por unanimidade a adesão à greve do dia 15 de maio e à greve geral de 14 de junho. E foi aprovada, assim como na assembleia dos técnico-administrativos, a formação do comando unificado e a construção a Assembleia Geral Universitária para responder aos ataques de Bolsonaro.

Boletim distribuído na Assembleia

POR UMA ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA PARA RESPONDER AOS ATAQUES DE BOLSONARO! Em defesa do R.U. gratuito e universal! Abaixo a perseguição aos lutadores!

A Educação está sob um ataque frontal do governo Bolsonaro. O corte de 30% no orçamento das Universidades Federais se soma ao desfinanciamento que acompanhou o ajuste fiscal e a vigência da Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos. E o Ministro da Economia Guedes ainda quer aprovar a desvinculação total das receitas. Junto com os cortes, aprofunda-se o privatismo. Seja com o favorecimento do ensino privado, seja com o estímulo aos convênios com empresas e a ameaça de cobrança de mensalidades.

O plano do governo é tornar a Educação ainda mais excludente e elitista. Em nome da meritocracia, ataca as cotas. E já expulsa boa parte dos estudantes que, com os cortes na assistência estudantil, mesmo que passem pelo filtro de entrada, não conseguem permanecer.

Os ataques à Educação são parte da ofensiva direitista do governo ditatorial de Bolsonaro. Somam-se aos efeitos da crise capitalista que segue sua marcha de destruição de empregos e direitos.

O caso do Restaurante Universitário da UFPE concentra vários problemas que estamos enfrentando. A reitoria descarrega os cortes nas costas dos estudantes. E ainda criminaliza os que se movimentam em defesa da alimentação como parte do direito à educação. Devemos lutar pelo RU gratuito e universal.

Mas não são só os estudantes que têm o alimento negado. A paralisação dos terceirizados evidenciou que estavam trabalhando sem receber. A empresa foi mudada, mas o problema é recorrente. É preciso combater a terceirização ao mesmo tempo em que defendemos os terceirizados, que devem ser efetivados. Devemos ligar estas lutas imediatas com a luta mais geral contra o governo ultraliberal e fascizante de Bolsonaro.

No caso do R.U., percebemos também o quanto o poder

na universidade está concentrado em uma casta burocrática alheia às condições de trabalho e estudo da maioria da Universidade. É preciso romper com esse poder da burocracia que é a via de expressão da burguesia e seu Estado no interior da universidade. Erguer um governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, com a soberania da assembleia geral universitária, mandatos revogáveis e voto universal.

Os ataques de Bolsonaro atingem estudantes, professores e técnicos. Precisamos responder de forma unitária, com a criação de um comitê de lutas com as três categorias. A realização da Assembleia Geral Universitária é fundamental para unir toda nossa força que hoje está dispersa. Para debatermos juntos os problemas da Universidade, decidirmos juntos e termos a força social necessária para materializar nossas deliberações.

Todos os níveis de educação estão sob ataque. Bolsonaro mente ao dizer que corta do Ensino superior para dar à educação básica. Pois a fatia cortada da neste nível é ainda maior, quase 40%. Por isso, a resposta só pode ser conjunta com uma poderosa Greve Nacional da Educação no dia 15 de maio.

Os ataques à Educação são parte da ofensiva direitista do governo ditatorial de Bolsonaro. Somam-se aos efeitos da crise capitalista que segue sua marcha de destruição de empregos e direitos. A sustentação deste governo está na aprovação da Reforma da Previdência. Um ataque brutal com o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para se aposentar e a redução das aposentadorias, pensões e benefícios. Tudo para garantir os interesses do capital financeiro.

A popularidade do presidente está em declínio. Há disposição de luta por parte dos trabalhadores. O que é preciso

é romper as amarras da política de conciliação de classes. Que a Greve da Educação seja uma preparação para a Greve Geral de 14 de junho.

Devemos confiar em nossas forças, nos métodos da ação direta. Nada de ficar passivos confiando que as fricções na base de apoio do governo ou a ação da oposição no parlamento vai frear os ataques. Só a organização consciente da juventude e dos trabalhadores, com independência de classe, pode nos conduzir à vitória.

Não aos cortes! Pelo financiamento integral da Educação!

Pelo R.U. Gratuito e universal!

Não à criminalização dos que lutam!

Criar os comitês unificados e convocar a Assembleia Geral Universitária!

Construir a Greve da Educação, no dia 15 de maio!

Formar comitês nos locais de estudo, trabalho e moradia!

Toda força à Greve Geral para derrotar a Reforma da Previdência!

Abaixo o governo ultraliberal, obscurantista e militarista de Bolsonaro!

Foi lançado o Boletim da CPE no curso de Serviço Social da UFPE.

O boletim traz como capa a necessidade de os estudantes se engajarem na construção da greve geral de 14 de junho, tendo como tarefa mais imediata fazer da Greve Nacional da educação um passo nesta construção. Também apresentamos o problema nas restrições ao Restaurante Universitário como fruto dos cortes já vigentes no orçamento, da terceirização e do poder concentrado na burocracia universitária. Mostramos como a luta pelo direito de permanência para todos estudantes deve ser ligado ao enfrentamento ao governo Bolsonaro e a necessidade de erguer uma Assembleia geral Universitária. Fizemos também um balanço sobre a gestão do D.A.S.S. da qual fazemos parte e convidamos para uma plenária para discutir a conjuntura e iniciarmos a construção de uma nova chapa. Apresentamos nosso posicionamento de voto crítico na candidatura para a reitoria Movimenta UFPE, mas defendendo um co-governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária. Por fim, convidamos os estudantes para as atividades de luta que são partes da construção da greve do dia 15 de maio e da greve geral.

AFUSE – Realizou o IV Congresso Regional da Macrorregião Guarulhos-Franco da Rocha, Guarulhos, Santana e Tucuruvi.

Duas posições em choque

Com o lema “Lutar e Resistir”, a Afuse, Sindicato dos Funcionários da Educação Estadual do Estado de São Paulo, realizou, no dia 27 de abril, o IV Congresso Regional, com aproximadamente 60 delegados, sem contar com a direção do sindicato. Alguns que fizeram suas inscrições para participar não estavam presentes, a exemplo de Franco da Rocha. Apesar de abranger várias regiões, foi extremamente minoritário.

O Congresso foi organizado em forma de palestra, e a plenária, na sua maioria, comportou-se dessa maneira. Alguns delegados romperam com esse formato de espectadores. Cobraram nas suas intervenções a necessidade de a direção organizar a luta. Convocando a assembleia do dia 15/5 amplamente, com cartazes, visitas e panfletos. Cobraram também a organização da Greve Geral para por abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. Defenderam a imediata preparação da Greve Geral, para derrubar a terceirização e a reforma trabalhista, aprovadas no governo de ditadura civil de Temer/Meirelles.

O deputado Alencar, do PT, descreveu a situação da reforma da Previdência. Que se a reforma for aprovada, os trabalhadores não conseguirão ter o direito de se aposentar, como é hoje. A relação do trabalho, nesse caso, ficará a mercê dos interesses dos bancos, porque a reforma destrói a Previdência

social para todos os assalariados, cuja maioria sobrevive de um salário mínimo. O deputado falou da greve geral, da unidade na luta para organizar a defesa da Previdência.

A Corrente Proletária interveio na defesa da greve geral por tempo indeterminado para derrubar a reforma da Previdência. Reforçou que a greve geral de 28 de abril em 2017, em que a classe operária e os explorados demonstraram o caminho para derrotar as reformas reacionárias, imposta pela burguesia e seus governos. É com a greve geral que se une forças para derrubar as contrarreformas. Os funcionários públicos e a classe operária necessitam pôr em pé uma frente de luta contra essas medidas antipopulares. E essa deve ser nossa principal tarefa nesse Congresso. Criticou a posição da direção da Afuse, que realiza congressos fragmentados, antidemocráticos, e sob a política da chamada pressão parlamentar, portanto de conciliação de classes. Por fim, fez a exigência de ampla convocação da assembleia de 15 de maio e a participação no ato unificado, na Av. Paulista.

Essa experiência só vem reforçar a importância de pôr em pé uma oposição classista, de luta, e assentada na independência de classe. A Corrente Proletária é um embrião dessa oposição. E chama a vanguarda a se colocar nesse terreno, visando a uma Afuse sob uma direção verdadeiramente de luta.

VII Conferência de Mulheres da Apeoesp

A Corrente Proletária na Educação apresentou, na VII Conferência de Mulheres da Apeoesp, suas resoluções, que publicamos abaixo. Atuou divulgando o livro “Resposta Marxista às Opressões”. Tradicionalmente, as Conferências de mulheres são burocráticas e limitadas às professoras. Nesse ano, a ex-candidata pelo PSOL ao governo de São Paulo, Lisete Arelaro, uma das indicadas como expositora, não pôde comparecer, e indicou um expositor (homem), que foi rejeitado, com o argumento de que a Conferência é “lugar de fala das mulheres”. O feminismo estreito impede que a Conferência elabore uma linha classista de combate às opressões. O burocratismo chegou ao ponto de o temário ser guardado a sete chaves pela Secretaria de Mulheres, apesar de nossa insistência junto ao sindicato, para saber o que seria debatido. As palestrantes usaram a quase totalidade do tempo e as intervenções do plenário foram limitadas a dez. Portanto, sequer era um “lugar de fala das mulheres”. As correntes de esquerda, PSTU, boa parte do PSOL e outras, não deram importância à Conferência, destacando um ou outro militante. Portanto, a Conferência esteve inteiramente sob a política do reformismo petista.

Houve três mesas: 1) o impacto da Previdência na vida das mulheres e a defesa da democracia; 2) violência de gênero e os impactos na vida das mulheres; 3) currículo como instrumento na construção da sociedade igualitária. Havia um ponto comum entre as exposições, que era a “violência de gênero”, o “machismo”, foi apresentada como a causa das crescentes taxas de feminicídios. Como resistência, destacaram a necessária educação, que se inicia nas escolas (daí a importância dos currículos), a exigência de que o Estado cumpra as leis, como a da Maria da Penha, e a maior participação das mulheres nas esferas públicas e sindicais (parlamento e sindicatos, por exemplo). Os discursos inflamados acabavam

em deformações, como a de considerar a reforma da Previdência uma reforma “machista”, que o capitalismo não é só um sistema econômico, mas sim um sistema contra a mulher e que, diferentemente do passado, onde o operariado fabril era a expressão do antagonismo entre as classes, hoje o que temos é uma “classe trabalhadora” precarizada, que precisa ser politizada para enfrentar toda forma de violência. Como se vê, essas formulações se opõem à concepção marxista de classe sobre a opressão da mulher. A quase totalidade das intervenções do plenário se resumia à narrativa de um caso de violência, sofrida na família, escola e nas ruas.

A Corrente Proletária se opôs à política hegemônica da Conferência. Em suas breves intervenções, o tempo era limitado para o plenário, destacou 5 pontos: 1) que toda opressão tem sua raiz na sociedade de classes, e que coube ao capitalismo levar ao extremo as opressões. Não podemos separar a opressão da mulher das demais opressões (raciais, sexuais e nacionais), que oriundam da opressão de classe; 2) que se rejeite a tese que procura fazer da luta das mulheres por suas reivindicações em luta contra os homens. Ao contrário, a luta tem de se dirigir contra a classe burguesa e seu Estado opressor; 3) que é preciso se apoiar fundamentalmente no método da ação direta e na organização independente dos explorados diante da política burguesa, hoje expressa no reacionarismo e obscurantismo religioso do governo direitista de Bolsonaro; 4) que a resposta à violência sobre as mulheres seja um meio para impulsionar a luta geral da classe operária pelo fim de todas as formas de violência da sociedade capitalista; 5) que a erradicação das discriminações virá com o fim do capitalismo e com a instauração do socialismo, portanto da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, que só poderá se concretizar por meio da revolução proletária.

Contribuição da Corrente Proletária a VII Conferência de mulheres da Apeoesp

A VII Conferência de mulheres ocorre em uma situação de retrocesso econômico, social e político. A Conferência será produtiva, caso faça uma boa caracterização da situação, e aprove propostas que levem à mobilização unitária do conjunto dos trabalhadores.

Está claro que o retrocesso atinge amplamente as mulheres que vivem do trabalho, que recebem salários menores para a mesma função, e que chefiam a família. O desemprego e o subemprego, que se tornam cada vez mais longos, golpeiam em geral a mulher trabalhadora e, em particular, milhões que sozinhas garantem a existência da família. A reforma trabalhista e a terceirização intensificam a dupla jornada da mulher. O objetivo de reduzir o trabalho informal da mulher não foi à frente, e tende a piorar. Agora, a reforma da Previdência promove mais retrocessos na vida da mulher trabalhadora. Ocorre que os capitalistas têm necessidade de reduzir o valor geral da força de trabalho. O que sacrifica ainda mais as mulheres que arcam com a dupla jornada, e sofrem a discriminação salarial.

Observamos que, com o golpe de Estado de 2016, a ditadura civil de Temer e a vitória do ultradireitista Bolsonaro, em outubro de 2018, o reformismo se mostrou inviável e impotente para solucionar os grandes problemas que subjagam e inferiorizam as massas femininas. Com o poder nas mãos, a ultradireita bolsonarista reforça as teses reacionárias de sub-

missão da mulher à família, que é uma célula econômica no capitalismo. Procura-se intensificar e ampliar o obscurantismo religioso, que bloqueia a elevação da consciência de classe das mulheres exploradas, e as razões de sua opressão. Se depender desse governo, até mesmo a super limitada lei do aborto será abolida. Essa experiência indica a necessidade de concluir que nenhum governo burguês, de reformas ou de contrarreformas, modificará as relações de dependência da mulher, e de sua subordinação à economia privada familiar.

Os dados sobre a violência contra a mulher – espancamentos, estupro e assassinatos – continuam crescendo. Isso a despeito da Lei Maria da Penha e do Feminicídio. O que mostra a contradição entre as conquistas formais no plano dos direitos e a realidade social. A burguesia, seu parlamento e seus governos podem ceder no plano legal, mas não cedem no plano real. Aprovou-se uma legislação protetora da mulher sabendo que não seria aplicada.

As condições que determinam a situação da mulher são as mesmas que determinam as condições gerais da classe operária e demais explorados. A dupla jornada, o trabalho informal, a diferenciação salarial, e os restritos direitos à maternidade são consequências da economia capitalista. Essa brutal exploração, que resulta em pobreza e miséria a uma vasta camada, recai pesadamente sobre a família trabalhadora. Não por acaso, é

na própria família que boa parte da violência sobre a mulher ocorre diariamente.

Certamente, serão apresentadas na Conferência estatísticas estarrecedoras. O que não faltam são dados sobre “o mapa da violência”. Via de regra, vêm acompanhados de soluções parlamentares, judiciais, educacionais e policiais. Os participantes se perdem em discussões infundáveis sobre a necessidade do Estado viabilizar as leis existentes e recursos materiais. Não se dá, porém, um passo concreto contra as fontes econômicas e de classe, que perpetuam a opressão sobre a mulher, e geram constantemente toda sorte de violência. As pretensas soluções punitivas e educativas sobre o homem, que pratica a violência, não fazem senão ocultar a raiz de classe de toda e qualquer opressão social. A burguesia e o capitalismo em decomposição não podem ceder um milímetro, nem material, nem ideologicamente aos direitos elementares das mulheres, a não ser pela luta de classes.

A Conferência ganhará uma nova dimensão, caso expresse uma ruptura e rejeição ao reformismo e ao eleitoralismo. Para isso, a discussão e a aprovação de resoluções devem reconhecer as raízes de classe da opressão sobre a mulher, assinalar o caminho da organização das trabalhadoras em educação como parte do movimento geral da classe operária e demais oprimidos. E estabelecer as reivindicações que defendam as mulheres da dis-

criminação, e que impulsionem a luta pela sua real emancipação. Está aí por que a luta das mulheres não pode se isolar ou se contrapor ao movimento geral dos explorados, onde homens e mulheres oprimidos estão unidos. É preciso vincular o conjunto de reivindicações das massas femininas com a estratégia da revolução proletária.

(...) a luta das mulheres não pode se isolar ou se contrapor ao movimento geral dos explorados, onde homens e mulheres oprimidos estão unidos. É preciso vincular o conjunto de reivindicações das massas femininas com a estratégia da revolução proletária.

É importante que a Conferência não separe a análise do caráter da opressão sobre a mulher das demais opressões (raciais, sexuais, nacionais, etc.), que emanam da opressão de classe. Que não separe a violência que recai sobre a mulher da violência geral desumanizadora do capitalismo. Que a luta contra a violência particular seja um meio para avançar a luta geral da classe operária pelo fim de toda a violência da sociedade de classes. Que a Conferência reconheça a

necessidade de a classe operária tomar à frente da luta por todas as reivindicações das mulheres exploradas. Que critique e rechace a tese que procura transformar a luta das mulheres em luta contra os homens, de forma que essa luta se dirija contra a classe capitalista e seu Estado opressor. Que a Conferência afirme o método da ação direta e da organização independente diante da política burguesa. É fundamental ter claro que o governo reacionário e o Congresso Nacional reacionários somente recuaram em sua ofensiva diante de um poderoso movimento das massas, sob a direção da classe operária.

RESOLUÇÕES

1. Diante da reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes, organizar a greve nacional dos trabalhadores da educação, e lutar para que as centrais sindicais tomem esse dia para convocar uma greve geral de advertência ao governo e ao Congresso Nacional, como ponto de partida para uma greve geral por tempo indeterminado.
2. Diante da reforma trabalhista e da terceirização de Temer-Meirelles, lutar por sua revogação. Em defesa do contrato coletivo de trabalho, estabilidade no emprego, fim da discriminação do trabalho da mulher, incorporação de todas as mulheres na produção social.
3. Diante da crescente violência sobre a mulher, organizar um movimento por emprego a todos, trabalho igual salário igual, salário mínimo vital, redução da jornada sem diminuição do salário, aposentadoria especial às mulheres, direitos de proteção à maternidade, creches e lavanderias públicas, e direito irrestrito ao aborto, garantido integralmente pelo Estado.
4. Diante dos retrocessos impostos pelo governo ditatorial de Bolsonaro, defender a educação pública, científica e controlada por quem trabalha e estuda. Combater a ofensiva obscurantista e militarista sobre a educação e as escolas. Total direito de ensino e expressão política no interior das unidades de ensino. Derrotar a investida dos partidários da “Escola sem partido”. Não à intervenção da polícia nas escolas.
5. Diante da opressão sobre a mulher, de sua subordinação à família, e da vigência do patriarcalismo, lutar pela independência econômica da mulher e pelo fim de todos os laços históricos que a subordinam ao homem. Para isso, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista, por meio da revolução social. No marco do capitalismo, não se libertará a mulher, nem se resolverá a violência sofrida. Somente com o fim da opressão de classe se criarão as condições para eliminar a opressão sobre a mulher. A luta das mulheres trabalhadoras é a mesma que a dos homens trabalhadores.

**1989
2019**

**30 anos
construindo
o partido-
programa**



Realizado o ato político de 5 de maio

O ato político se iniciou com uma consideração sobre o fracassado golpe de Estado na Venezuela. Foi lido o Manifesto e aprovado por aclamação. Foi feito também uma menção ao 1º de Maio unificado, à tarefa de organizar a greve geral de 14 de junho e de intervir na greve nacional da educação básica de 15 de maio. Não foi aberto para pronunciamentos do plenário, uma vez que o objetivo do ato era o de homenagear os 10 anos de falecimento de Guillermo Lora e discutir o recém lançado livro “Resposta Marxista às Opressões”.

POR do Brasil homenageia Guillermo Lora

A apresentação se iniciou com uma pergunta: como, em um país atrasado, de maioria camponesa e indígena, é possível surgir um cérebro tão adiantado? Explicamos por três razões: a) ocorre que as ideias originais do POR boliviano estiveram vinculadas ao internacionalismo proletário, a IV Internacional; b) o marxismo não pertence a um país. É uma ciência do proletariado. Portanto, não é uma ciência nacional. É a ciência do comunismo mundial; c) a presença do proletariado mineiro, ao lado de uma economia pré-capitalista. Esse proletariado mineiro constituiu a vanguarda, pela sua luta contra a oligarquia burguesa, o governo e, por cima deles, o imperialismo. Ganhou projeção nacional, e marcou o movimento operário latino-americano. Foi duramente reprimido, basta ver os massacres, como o de Catavi e Potosí. Violência que recaiu sobre a militância porista. Essa vanguarda confluiu com a rebelião camponesa.

A revolução de 1952 teve em sua base o movimento insurrecional das massas. Concluiu, no entanto, instituindo um governo burguês, que serviu à contrarrevolução. O POR tomou parte nos levantes, sem, contudo, alcançar a condição de direção das massas, para levá-las ao poder e implantar o governo operário-camponês. O nacionalismo burguês logo mostrou suas limitações e impotência diante da reação interna e do imperialismo. Esse processo conflituoso desembocou na constituição da Assembleia Popular, de 1971. Como organismo de duplo poder, teve de ser dissolvido pelo golpe fascista. O POR esteve à frente da constituição da Assembleia Popular, de maneira que a experiência de duplo poder passou a ser incorporada em seu programa. Na América Latina, nenhum partido que se reivindicava do trotskismo e que comparcia vinculado a uma das frações da IV Internacional, fragmentada pelo revisionismo pablista, chegou a penetrar no proletariado de seus países e constituir-se como programa.

O vasto trabalho de Guillermo Lora ficou enclausurado. Isso se deveu ao atraso cultural do país e ao profundo isolamento do POR, em especial, na América Latina. Destacamos o período de 1940, quando Lora se integra ao partido e, poucos anos depois, estava diretamente envolvido no conflito mineiro, o que lhe permitiu expressá-lo nas Teses de Pulacayo, em 1946. Momento em que o Congresso da Federação dos mineiros a aprova. O fundamental dessas Teses é a caracterização da Bolívia como país atrasado, de

economia combinada, e integrado ao capitalismo mundial. E, por isso, estava colocada a revolução proletária, tendo a classe operária como dirigente da maioria nacional oprimida, que, na Bolívia, contava e conta com o enorme peso do campesinato.

Ao mesmo tempo em que avançava as posições marxismo-leninismo em um dos países mais pobres do Continente, a IV Internacional, prematuramente, entrava em crise, após o assassinato de Trotsky. Isso se devia ao fato de que as seções que a compunham não haviam elaborado o programa nacional da revolução em seus países,

como expressão da aplicação do Programa de Transição. O POR da Bolívia, assim, sofreu a influência da crise de direção revolucionária da IV Internacional. O revisionismo pablista, que se adaptava ao nacionalismo burguês, travou uma batalha no interior do POR, provocando duas graves cisões. Justamente por ter de responder ao período convulsivo, que vai de 1952 a 1971, o revisionismo se afunda em suas contradições, é derrotado pela política revolucionária, sob a direção de Guillermo Lora e, assim, perde qualquer importância no país. É bom assinalar que foi nessas condições que os revisionistas da IV Internacional foram derrotados. A Bolívia acabou sendo um campo de experiência da luta armada castro-guevarista. O POR teve de enfrentar esse problema em seu próprio terreno. A crítica programática ao foquismo foi fundamental. Nenhum partido que se reivindica do trotskismo foi

capaz de compreender a fundo os erros do foquismo como método da revolução, cuja natureza de classe expressava a influência do radicalismo pequeno-burguês, de conteúdo nacionalista.

Nessa breve síntese, destacamos o empenho de Guillermo Lora em constituir o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Esteve no Brasil, em 1990, quando o POR brasileiro dava seus primeiros passos. Nosso vínculo como o POR da Bolívia é programático. A nossa grande tarefa está em assimilar a rica experiência desse partido, nos empenhando por erguer o Comitê de Enlace, e compreendendo criticamente os ensinamentos de Lora, contidos nos 70 volumes das Obras Completas.

O Comitê de Enlace decidiu publicar um Boletim Internacional sobre os 10 de falecimento de Lora. A seção brasileira ficou responsável pela seção dos artigos e documentos, que melhor expressassem o internacionalismo proletário. Aqui estamos, nesse ato, rendendo nossa homenagem pelo trabalho incessante e rigoroso de nosso camarada Guillermo Lora, falecido em 17 de maio de 2009.

Foi aberta a palavra aos presentes. Destacaram a influência de POR da Bolívia na construção do POR no Brasil, a insistência de Lora em erguer o partido-programa, a necessidade de conhecer a fundo a realidade do País e penetrar na classe operária, a rica experiência do duplo poder na Assembleia Popular de 1971, as posições de Lora sobre o partido nascido dos sindicatos (PT) e a constituição do Comitê de Enlace.

No encerramento, os militantes e simpatizantes se levantaram e de punhos cerrados deram um VIVA à Revolução Proletária. Um VIVA a Guillermo Lora!



Discussão sobre o nono livro do POR

Depois da homenagem a Guillermo Lora, passamos à discutir o livro “Resposta marxista às opressões”, que acabava de ser publicado.

O plenário foi dividido em quatro grupos, que estudaram quatro textos sobre a opressão às mulheres, homossexuais, negros e indígenas. Houve um vivo debate, partindo da caracterização de que toda opressão é de classe.

De volta à plenária, cada grupo destacou um camarada para fazer uma síntese. Na questão da mulher, foi demonstrada que a raiz dessa opressão se encontra na propriedade privada e na forma da família, como célula econômica das sociedades de classes. Mostrou-se que as respostas feministas, em todas as suas variações, consideram que há uma opressão de “gênero”, distinta e paralela da opressão de classe. Diante da pergunta se não haveria diferença entre as correntes de esquerda que admitem ou não a relação entre opressão de classe e opressão de “gênero”, abriu-se uma discussão. Concluiu-se que os revisionistas do marxismo se esforçam por fundir a pseudo teoria de “gênero” e de “machismo” com a concepção marxista. Esse ecletismo teórico leva à diretriz burguesa da punição e da educação como a via de solução da discriminação e da violência contra a mulher. No fundo, as diferentes correntes, que se colocam no campo da pseudo teoria de “gênero” e do “machismo” convergem para o embuste culturalista e identitário. Assinalou, também, que os “teóricos” acadêmicos que procuram desenvolver a noção de “gênero” e de “machismo” se entrincheiram nessa impostura para combater o marxismo e, portanto, a doutrina da luta de classes. Discutiu-se que a emancipação da mulher depende da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Que, sem a mobilização revolucionária das mulheres proletárias, a revolução não é possível. A tarefa revolucionária consiste em desenvolver a luta das mulheres trabalhadoras, iniciando por suas reivindicações, como parte do movimento geral da classe operária e da maioria oprimida, sob a estratégia da revolução social. É fundamental, nesse processo, elevar a consciência de classe da mulher sobre a opressão que a atinge.

A discussão da opressão sobre os homossexuais mostrou que esta manifestação odiosa do capitalismo tem a mesma raiz na família. Apontou-se que as correntes reformistas adentram na perspectiva fragmentadora de que a política para este setor dos oprimidos deve ressaltar cada uma das diferenças baseadas nas múltiplas formas de vivenciar a sexualidade. No relato do grupo, foi enfatizado que a distinção ideológica entre o natural e o não-natural é utilizada pelo obscurantismo religioso e pelo pensamento burguês reacionário. Tem a ver com a deformada visão da mulher de simplesmente procriadora. A família encarna essas ideias e reproduz a discriminação à manifestação da homossexualidade no seu próprio interior. Externamente, a discriminação aparecerá no trabalho, na escola e na vida social em geral. A violência sobre os homossexuais começa com sua rejeição, por ser considerado anti-natural, e chega até à violência extrema com os assassinatos. Discutiu-se a aplicação da tese marxista de que o amor sexual deve ser privado àqueles que o vivenciam. Na sociedade de classes, isso é impossível, uma vez que o Estado, a igreja, a família, a escola, etc. formulam juízos preconceituosos, deformadores e repressivos. Somente na sociedade comunista, as relações afetivas pertencerão à ordem privada, já que não afetam a existência coletiva. É fundamental desmascarar a falsa explicação do natural

e do anti-natural. A luta contra a violência sobre a homossexualidade é parte da luta contra toda forma de opressão de classe. Essa discussão foi de grande importância, porque, pela primeira vez, foi discutida coletivamente no partido, embora as formulações fossem expressas em várias situações em que a violência recaiu sobre o homossexual.

Sobre a discriminação racial, fundamentalmente sobre os negros, o grupo expôs as raízes do escravismo no Brasil. Mostrou-se que o racismo se assenta no modo de produção capitalista, que transformou a força de trabalho do negro-escravo, no colonialismo pré-capitalista, em força de trabalho assalariada. A população negra constitui a maior parte da classe operária e da maioria oprimida. Sofre discriminações múltiplas. Frisou-se o significado social da violência institucionalizada, cuja expressão mais contundente é a da ação policial. O grupo também apresentou a crítica ao reformismo. A tese da inclusão social e as “ações afirmativas”, “reparadoras”, se apoiam na pequena-burguesia e procuram amenizar a opressão por meio de medidas ultra-limitadas. Trata-se de uma ilusão reformista, pois, o Estado, nas mãos da burguesia branca, sustenta o domínio de classe e opressão racial. Debateu-se a posição marxista de não separar os proletários negros dos brancos. Pertencem à mesma classe que acabará com toda forma de opressão. Nesse sentido, se fez a crítica aos movimentos particularistas, corporativos e reformistas.

Em relação às nações indígenas, o grupo destacou que, desde a colonização, se deu o genocídio das inúmeras etnias. Trata-se de manifestação da opressão nacional. Alimentou-se a ilusão de que se poderia garantir, por meio do parlamento, a reserva de territórios, conforme aprovado na Constituição de 1988. Mas, mesmo os governos do PT, a mando das empreiteiras, recusaram-se a demarcar vários territórios, para não afetar as grandes obras, como as de Belo Monte. A conjuntura atual é de ataques ainda maiores. Colocou-se que a questão indígena, além de revelar a opressão nacional, está intimamente ligada à questão agrária. Será pela unidade de camponeses, indígenas e proletariados que o latifúndio será expropriado e as terras serão nacionalizadas. É nessas condições que o governo operário-camponês garantirá o direito de autodeterminação das nacionalidades indígenas.

Nas discussões, fortaleceu-se a ideia, que consta no Manifesto do Partido Comunista, de que os revolucionários são aqueles que lutam pelos interesses gerais dos explorados. A opressão sobre a mulher, o homossexual, o negro e o índio são reflexos particulares da violência geral, que caracteriza a sociedade de classes. Não se deve perder de vista que somente o programa da revolução proletária responderá a tais particularidades, sem perder o fator comum que une as opressões. A tarefa, para enfrentar o poder da burguesia, consiste em centralizar todos explorados e oprimidos em um só movimento revolucionário. Para eliminar a raiz de toda opressão, originada na divisão da sociedade em classes, e mantida sob a forma particular do capitalismo, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Esta será uma obra da maioria oprimida, sob a direção da política operária. O reforço às ilusões reformistas e a política que leve a divisão entre os oprimidos só nos afasta desse objetivo. Nesse momento de síntese, a plenária chegou à conclusão de que o capitalismo em decomposição, não só não permite reformas em favor dos explorados e oprimidos, como amplia a barbárie.

Nesta edição:

- Consequência do fracassado golpe na Venezuela.
- 10 anos do falecimento de Guillermo Lora.
- **Bolivia:** Primeiro de Maio em Cochabamba - As massas repudiam a presença de Evo Morales.
- Nova ofensiva sionista contra a Palestina.
- Retomada do intervencionismo imperialista contra o Irã.
- Projetam-se as tendências bélicas mundiais.
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Consequências do fracassado golpe na Venezuela

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA PODE DERROTAR A OFENSIVA DO IMPERIALISMO

5 de maio de 2019

Os Estados Unidos, mais uma vez, não conseguiram derubar o governo de Nicolás Maduro. Seu agente, Juan Guaidó, serviu ao intervencionismo imperialista, utilizando-se da farsa da “ajuda humanitária”, faz pouco tempo. Não conseguiu erguer a população e sublevar as Forças Armadas para concluir em um golpe de Estado. Agora, em 30 de abril, Guaidó se juntou com Leopoldo López, outro serviçal dos Estados Unidos, para uma segunda tentativa de remoção do governo nacional-reformista de Maduro.

O método e os meios utilizados para cumprir esse objetivo são o do golpe militar. O governo de Donald Trump não espera uma solução negociada, como pretende a socialdemocracia europeia, com sua bandeira de transição democrática. O desconhecimento do governo Maduro e das instituições montadas pelo chavismo, a exemplo da Assembleia Constituinte, e a investidura de Guaidó a presidente da República têm sido a última manobra do imperialismo para aplinar o caminho do golpe.

A desclassificação institucional de Maduro e a admissão de Guaidó foram sustentadas pelas potências de conjunto. No entanto, não chegaram a um acordo de como acabariam com o regime chavista. Os Estados Unidos utilizam Guaidó para organizar a sedição interna e o cerco externo ao regime chavista. As forças do imperialismo europeu, por sua vez, se valem dessa situação caótica para pressionar Maduro e os militares a admitirem a convocação de eleições, sob condições de organização e vigilância externas.

Os Estados Unidos estão prontos a agirem militarmente. Se o preço for uma guerra civil, que se pague. A melhor das hipóteses para o Estado norte-americano seria um controle militar do País. Juntamente com a Colômbia, a Venezuela ampliaria o intervencionismo na América Latina. A burguesia europeia não vê com bons olhos o recrudescimento da hegemonia da América do Norte no continente. Todos sabem que, mesmo com uma saída negociada – tida como pacífica –, os Estados Unidos sairão reforçados, mas poderá haver algum lugar para a influência dos europeus.

No fundo, na essência, não há antagonismo entre as duas vias. Expressam duas variantes da política imperialista dian-

te de um governo nacionalista esgotado, que se bate por não ceder lugar a um governo francamente pró-imperialista, cuja primeira medida será a de entregar as riquezas petrolíferas às multinacionais. Rússia e China, duas potências restauracionistas, preferem prolongar a vida de Maduro e encontrar um sucedâneo. Igualmente, interessam-se pelo petróleo. Cuba, mais próxima da Venezuela, guarda identidade ideológica com o nacionalismo. Sua dependência do petróleo venezuelano é amplamente reconhecida. De maneira que, na Venezuela, desenvolve-se uma disputa internacional.

Em parte, essa concorrência explica porque o governo chavista ainda conserva fôlego para se manter de pé. Os “aliados” de Maduro sabem que seu governo está cercado, golpeado pela crise econômica, dependente de uma mudança na política do petróleo e da complacência de sua base de apoio popular. As forças oposicionistas, aglutinadas em torno a Guaidó-López, se apoiam, sobretudo, nos Estados

Unidos e, em particular, na política intervencionista de Trump. O que lhes permite arrastar uma ampla camada da classe média. De protesto em protesto, os serviçais de Trump têm conseguido desprender parcelas de oprimidos, que já não veem saída para sua pobreza e miséria.

O proletariado, sem o seu partido, não tem como se organizar no interior da crise, e se manifestar na defesa da nação oprimida com seu programa, sua estratégia e sua tática próprios. Sem ter como tomar o poder e estabelecer o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado, se acha espremido entre a ofensiva cada vez mais agressiva das forças pró-imperialistas e as do nacionalismo cada vez mais enfraquecido. A solução da crise revolucionária pende, assim, para a derrocada do governo de Maduro, que, por enquanto, tem conseguido manter a unidade da cúpula militar e evitado que as investidas da reação concluam vitoriosas.

Os dois grandes fracassos da oposição contrarrevolucionária, no entanto, não atingiram a sua capacidade de conspirar e de voltar ao ataque golpista. A soltura de López pelo Serviço Bolivariano de Inteligência e o desembaraço como Guaidó convoca os militares a se rebelarem indicam a fragilidade de Maduro. É sintomático desse precário equilíbrio de força, que pende para

*O proletariado, sem o seu partido,
não tem como se organizar no
interior da crise, e se manifestar
na defesa da nação oprimida com
seu programa, sua estratégia e sua
tática próprios.*

os adversários do regime chavista, o fato de Guaidó ter voltado à Venezuela, depois de desfeito o teatro da ajuda humanitária de Trump, e continuar com as mãos livres para incitar os generais ao golpe. Sem poder tomar nenhuma medida revolucionária, anti-imperialista, como a de expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção, estatizar os bancos e nacionalizar o comércio exterior, Maduro está fadado a afundar mais ainda na crise, manejada pela burguesia opositora, e cair.

A quebra prematura do governo direitista de Macri na Argentina, que abre a possibilidade da volta do peronismo ao poder, e as dificuldades de Jair Bolsonaro em estabilizar seu governo ditatorial pesam em favor de Maduro. Mas esse fator, por si só, não tem como reverter o processo de desintegração do regime chavista. Ou as massas venezuelanas se lançam com as armas nas mãos contra o imperialismo e a burguesia interna, ou o movimento contrarrevolucionário se imporá. As armas somente podem vir dos arsenais das Forças Armadas. Não se pode, porém, ter qualquer esperança que o governo burguês nacionalista tomará a iniciativa de armar as massas. Esse impasse não pode obscurecer a visão da vanguarda revolucionária. É preciso medir os acontecimentos não apenas com os dados do presente, mas também em seu possível desenvolvimento futuro.

A tarefa do momento é organizar o proletariado e camadas oprimidas da classe média para derrotar o imperialismo. Trata-se de combater o intervencionismo e o golpismo com a política do proletariado, que é distinta da política do nacionalismo burguês. As condições objetivas estão mais do que maduras para organizar a resistência por meio de uma frente única anti-imperialista.

É um imperativo defender o governo Maduro contra o golpe, sem apoiar sua política burguesa, sem deixar de mostrar aos explorados suas limitações, sem deixar de evidenciar sua incapacidade para mobilizar a maioria oprimida contra o imperialismo, e sem deixar de desfraldar a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Os explorados latino-americanos e em toda a parte têm o dever de combater em seus países o governo que apoia ou colabora com a estratégia do imperialismo de derrubar Maduro. De nossa parte, organizamos a luta contra o governo militarista, ditatorial e fascizante de Bolsonaro.

***Não ao golpe pró-imperialista!
Armar as massas para vencer a reação!
Pela autodeterminação da Venezuela!
Expulsar os agentes contrarrevolucionários
de Trump!
Rechaçar o apoio de Bolsonaro
ao intervencionismo imperialista!***

10 anos do falecimento de Guillermo Lora

Dando continuidade à campanha dos 10 anos de falecimento de Guillermo Lora, que se completa no dia 17 de maio, traduzimos o texto abaixo.

O Bolchevique Lênin e sua importância para a revolução proletária mundial e o marxismo

Guillermo Lora, janeiro de 1994

Trotsky assinalou, acertadamente, que Lênin foi a expressão mais acabada do proletariado russo, que protagonizou o papel de direção política da nação oprimida, em um país atrasado e de economia combinada.

Esses traços particulares obrigaram o bolchevismo a impulsionar o desenvolvimento da doutrina marxista. Tradicionalmente, partia-se do pressuposto de que a revolução proletária se daria (ou melhor, começaria) nas grandes metrópoles do capital financeiro. Os fatos demonstraram que a cadeia da economia mundial se rompeu em seu elo mais débil, que era, precisamente, um país atrasado, que ainda contava com comunidades camponesas. O proletariado, portanto, se viu obrigado a apresentar a solução das tarefas não cumpridas pela burguesia, e as suas próprias, estando no poder. Também teve de impulsionar a evolução do marxismo a níveis impensáveis. Nessa medida, o internacionalista Lênin expressou a integralidade dos traços nacionais da Rússia.

Para os bolivianos, que vivem um processo revolucionário em um dos países mais pobres do Continente, e que conhece apenas um limitado desenvolvimento do capitalismo, a lição deixada pelos bolcheviques e Lênin tem um valor transcendental. Os revolucionários bolivianos têm, diante das tarefas, de resolver gigantescos problemas da teoria marxista, aplicadas à nossa excepcional realidade. A revolução proletária será a expressão das particularidades nacionais, e não uma repeti-

ção mecânica das realizadas em outras latitudes.

O leninismo como marxismo da época do imperialismo mundial

A teoria desenvolvida por Lênin, o leninismo, não é senão o marxismo aplicado a uma etapa particular do desenvolvimento da humanidade, a imperialista, que é expressão da ordem social burguesa em decadência. Marx desenvolveu sua teoria na época da livre concorrência, mas já assinalou que essa etapa ocorria de acordo com as leis da concentração do capital e da grande propriedade, que mais tarde concluiu nos monopólios e no capital financeiro.

A época do imperialismo acentuou a necessidade histórica da revolução proletária em escala internacional. O bolchevismo, como teoria da revolução proletária aplicada à época imperialista, pressupõe a rebelião voltada à emancipação das colônias e semicolônias da opressão forânea. Essa é a resposta necessária a esse grandioso problema. Por isso, as linhas mestras da teoria de Lênin conservam sua vigência.

Lênin mostrou como distinguir entre nação opressora (imperialismo) e nação oprimida. O que pressupõe que a revolução nesses dois extremos se dará com suas próprias particularidades, e não de maneira uniforme. Citemos um exemplo: no caso das grandes metrópoles, a tática para fortalecer o partido e o movimento proletário é a da frente única de classe; nos

países atrasados, se aplica a frente única anti-imperialista, que permite alcançar a unidade das classes exploradas e oprimidas, sob a direção política do proletariado.

Disso se extrai a conclusão de que as particularidades nacionais imprimem sua marca na revolução proletária dos distintos países.

A Internacional como partido da revolução socialista mundial

O bolchevismo ensinou que o proletariado dos países atrasados, uma vez estando no poder, não terá outro remédio senão cumprir, ao seu modo, as tarefas democráticas, sem se deter indefinidamente nelas, porque sua finalidade é a de avançar ao comunismo. Essa posição ressalta o caráter internacional da revolução proletária na época caracterizada pela economia mundial.

Bolívia

Primeiro de Maio em Cochabamba

AS MASSAS REPUDIAM A PRESENÇA DE EVO MORALES E O DEIXAM FALANDO SOZINHO

O anúncio de que Evo Morales lideraria a marcha do Primeiro de Maio em Cochabamba concentrou a atenção da imprensa nacional e da opinião pública da capital do departamento. Havia uma tensa expectativa sobre o que ia acontecer durante a mobilização. Cogitou-se que o oficialismo iria mobilizar gente de todo o país, especialmente trazer massivamente os cocaleiros e as suas “organizações sociais”, como as Bartolinas (organizações de mulheres indígenas), e converter o primeiro de maio em um impressionante cenário de campanha eleitoral.

Nas vésperas, quando se preparavam as bandeiras, faixas e as consignas, a Federação de Mestres Urbanos já se encontrava sob a atenta observação dos organismos de repressão. Percebeu-se a presença de agentes dos organismos de inteligência do Estado à paisana. Havia a decisão do oficialismo de impedir qualquer voz dissonante, que pudesse perturbar o circo eleitoral que se montava.

A burocracia sindical se esforçou em concentrar em Cochabamba os dirigentes da COB e das confederações dos diferentes setores. As bases das organizações sindicais e de outros setores foram massivamente. A marcha foi multitudinária, mas os presentes não podiam ocultar o seu mal estar pelas últimas medidas relacionadas ao miserável aumento salarial, anunciado na véspera, e pela pretensão do oficialismo em converter o Primeiro de Maio em um circo eleitoral. A Federação dos Mestres Urbanos fez uma ampla campanha pela resolução de seu último Conselho Consultivo, no sentido de participar da marcha, mas levantando consignas abertamente antioficialistas e a sua plataforma de luta.

Desde cedo, os mestres urbanos apareceram como referências incômodas para o oficialismo, que se utilizou de provocadores para agredir os presentes. Um universitário foi ferido na testa com uma pedrada. Rapidamente, se agruparam em torno dos mestres as tendências revolucionárias, como o POR, União Revolucionária de Mestres (URMA), e União Revolucionária de Universitários Socialistas (URUS). Não faltaram também minúsculos grupos de oportunistas, que apareceram como trotskistas, comandados por aventureiros argentinos.

A burocracia, que havia convocado as pessoas para as 9 horas,

De Marx a Trotsky, os revolucionários se empenharam em forjar o Partido Mundial da Revolução Socialista. Para esse objetivo, se orienta a revolução social nos diferentes países de nossa época. Lênin, em determinado momento, disse que se inclinaria a favor da revolução alemã, à custa do sacrifício da realizada na Rússia, uma vez que a primeira poderia impulsionar de maneira decisiva o comunismo mundial. O construtor da III Internacional teve razões de sobra para criticar e se opor à burocracia estalinista, que lançou as teorias reacionárias e pró-burguesas do “socialismo em um só país”, e da vigência da revolução democrática nos marcos do imperialismo em desintegração.

Os bolivianos sabem que nosso trabalho revolucionário se reduziria a nada, em derrota física, se não se pôr em pé a Internacional revolucionária (a IV Internacional), seguindo os ensinamentos de Lênin e de Trotsky.

(Extraído da Colmena, nº 964, janeiro de 1994)

não iniciou a marcha no horário, para esperar a chegada de Evo Morales, fato que criou muito mal estar no ambiente. No momento em que o bloco revolucionário decidiu iniciar a marcha pela pista paralela, onde se encontravam concentrados os manifestantes, desafiando a possibilidade de encontrar setores hostis, a grande surpresa foi quando se constatou que a imensa maioria aplaudia o grupo, e gritava as consignas de claro conteúdo antigovernamental. Quando se tentou entrar na praça, onde estava o palco oficial, o movimento foi surpreendido pela polícia, que havia sido reforçada com efetivos do interior, com mais de 2.000 policiais. Tinham a ordem de impedir o ingresso dos professores e da corrente revolucionária. Durante as tentativas de romper o cerco policial, foi detido um professor de base, em cuja mochila encontraram 18 “chocolates” (fogos de artifícios preparados para alcançar uma maior força na detonação), argumento que posteriormente foi usado pela repressão para prolongar a sua detenção preventiva.

A importância política está em que as massas, superando as suas direções oficialistas, decidiram passar longe do palco onde estavam instalados Evo Morales e a burocracia da COB, e não ficaram na concentração para escutar os discursos claramente dirigidos a proclamar o candidato oficialista. A praça ficou praticamente vazia, somente permaneceram alguns petroleiros e setores abertamente governistas.

A imprensa não revelou a sua verdadeira magnitude, certamente por temor das represálias do governo, o isolamento do presidente, que se viu obrigado a falar a um público não maior do que 300 pessoas. A multidão se dispersou como por magia e a burocracia sindical não pode manter as suas bases por meio do manuseio político e do cinismo oficialistas.

Esse incidente evidencia a situação calamitosa de Evo Morales, que se encontra isolado e repudiado pelas massas. A oposição de direita, ausente nesse acontecimento, não pôde, nem se atreveu a capitalizar o mal estar social imperante. As massas marcham, até agora, no sentido de suas próprias necessidades imediatas, não atendidas pelo governo incapaz.

(extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2.584)

Nova ofensiva sionista contra a Palestina

A reeleição de Benjamin Netanyahu abriu uma etapa de violentas convulsões regionais. Essa conclusão foi colocada no Massas anterior.

Passaram-se alguns dias, e esse prognóstico se confirmou. Em 3 de maio, realizaram-se novos protestos na Faixa de Gaza, reivindicando o livre direito de regresso dos refugiados, e o fim do bloqueio israelense. Israel reprimiu com o fogo das armas. Cinco palestinos foram assassinados. O Hamas, que governa a Faixa de Gaza, e a Jihad Islâmica responderam com foguetes e granadas de morteiro, que atingiram bairros de colonos judeus, matando quatro. As Forças de Defesa de Israel (FDI) retaliaram, bombardeando a infraestrutura de ambas as organizações. Nessa operação, morreram 21 palestinos, dentre eles duas crianças e uma mulher grávida.

Em 6 de maio, foi declarado cessar-fogo, sob a mediação do Egito. O Hamas e a Jihad Islâmica acataram. Mas, o governo israelense se negou em reconhecê-lo. Em coletiva de imprensa, Netanyahu disse que ordenou “*prosseguir com os ataques em massa*”, responsabilizando o regime teocrático do Irã pelos ataques da Jihad Islâmica. O porta-voz do Departamento de Estado do governo Trump concordou com a acusação sionista contra o Irã, e defendeu o direito de Israel à “autodefesa”. A União Europeia (UE) pediu o fim imediato dos confrontos.

Caracterizados como “ataques de precisão” contra “objetivos terroristas” pelo governo israelense, os bombardeios danificaram e destruíram edifícios residenciais, portos, universidades e escolas. É parte do expansionismo colonialista o objetivo de reduzir a cinzas a infra-estrutura econômica da Faixa de Gaza. Trata-se, fundamentalmente, de criar as condições para

anexar 60% do território da Cisjordânia, que já se acha sob controle militar do Estado sionista. A justificativa da luta contra o “terrorismo islâmico” e a necessidade de combater a “influência iraniana” na região são apenas uma máscara para acobertar o objetivo expansionista da burguesia judia.

Tais manobras têm servido também para alavancar o intervencionismo militar de Israel na guerra civil da Síria. De fato, o sionismo está em uma guerra não declarada contra Síria e o Irã. Objetiva, desse modo, evitar que os iranianos fortaleçam sua influência na região, e os movimentos nacionalistas radicalizados se expandam. Israel, para sobreviver, necessita do controle completo da Palestina. E o imperialismo norte-americano, para manter sua hegemonia no Oriente Médio, conta com o colonialismo sionista. O esmagamento do Estado Islâmico foi um duro

golpe no nacionalismo radical dos islamitas. A crise da Síria ainda está por ser resolvida. E o Irã deve ser curvar perante a ofensiva de Trump.

A classe operária mundial está diante da tarefa de defender a nação oprimida

***A classe operária mundial está
diante da tarefa de defender a
nação oprimida contra os ataques
do imperialismo.***

contra os ataques do imperialismo. E os explorados do Oriente Médio não têm outra via, senão pôr em pé o partido revolucionário, e constituir suas organizações de massa independentes. Está claro que os nacionalismos árabe, palestino, iraniano, etc. estão esgotados historicamente, diante da enorme tarefa de conquistar a independência nacional, varrer a feudal-burguesia, liquidar os regimes monárquicos e teocráticos, bem como sair do profundo atraso econômico e social. Será no confronto com o imperialismo, e com o fracasso do nacionalismo que se forjará a vanguarda revolucionária. Aplica-se à região o programa proletário de Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Retomada do intervencionismo imperialista contra o Irã

Há um ano, Trump retirou unilateralmente os EUA do Plano Integral de Ação Conjunta (PIAC), negociado pelo governo de Barack Obama com o regime nacionalista iraniano. Imposto, em 2015, pelas potências (EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia e China), obrigava o Irã a inutilizar seu estoque de urânio enriquecido em até 20% (índice acima do qual pode-se desenvolver armas nucleares) e impedia de instalar mais centrífugas de enriquecimento de urânio. Impunha-se ainda à República Islâmica o controle da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), dominada pelos EUA. Em troca, anulava-se parte das sanções econômicas, e levantava-se parcialmente o bloqueio às exportações de petróleo e minerais. Facilitava-se, também, ao governo iraniano, a ceder aos fundos do país confiscados no exterior, para assim poder financiar as importações de produtos e bens, desde as potências.

O regime nacionalista pretendeu usar o PIAC para equacionar a brutal crise econômica interna. A inflação se achava na casa de 40% anual, o Rial (a moeda iraniana) perdeu dois

terços de seu valor, 35% da força de trabalho estava desempregada, e a capacidade ociosa industrial era de 50%. De fato, o governo iraniano se submeteu aos ditames das potências porque temia que a crise impulsionasse a irrupção das massas em choque com o regime, incapaz de responder seus reclamos.

O fundamental reside em que o PIAC avançou a submissão do Irã perante as potências imperialistas. Essas passaram a ditar o que se poderia produzir e para que finalidade, de quem se poderia importar e em quais condições exportar. Diferentemente, não impunha em troca nenhuma mudança na política estratégica do imperialismo. Eis por que, apesar do Irã cumprir as condições do acordo, em maio de 2018, Trump decidiu que os Estados Unidos não mais acatariam o PIAC. Ajustificativa de que o regime “promovia o terrorismo”, e que seu programa de mísseis de longo alcance desestabilizava a região, não passou de impostura.

Está claro que o objetivo do imperialismo é o de impedir a nação oprimida de alcançar capacidade de defesa nacional,

que possa entrar o expansionismo imperialista. Eis por que os Estados Unidos nunca abandonaram seus planos de derrocar o regime nacionalista. A guerra econômica, a desestabilização interna, e as manobras militares são partes dessa estratégia. Em última instância, o objetivo é o de se apossar do controle da quarta maior reserva de petróleo do mundo, dominar uma região geográfica estratégica, para cercar a Rússia e a China, e controlar o Estreito de Ormuz, por onde passa a rota comercial marítima de mercadorias e derivados mais relevante do Oriente Médio.

São esses interesses que impulsionam a nova ofensiva do imperialismo contra a nação oprimida. Em fevereiro de 2019, Trump promulgou um decreto que caracterizava a Guarda Revolucionária iraniana como “grupo terrorista”. Em 4 de maio, ampliou o bloqueio das transações comerciais e financeiras da República Islâmica, com parceiros da Europa e Ásia. Especialmente, sobre as exportações de aço, alumínio e cobre (10% das receitas das exportações do Irã). Os EUA, inclusive, ameaçaram as potências e os monopólios europeus de impor-lhes sanções, e acirrar a guerra comercial, caso continuassem a realizar negócios com o governo iraniano.

Somente o proletariado e demais oprimidos, organizados no campo de sua independência política, poderão retomar as tradições revolucionárias do passado, e derrotar o intervencionismo. É preciso, para isso, pôr em pé uma Frente Única Anti-imperialista, e armar as massas oprimidas.

Em 5 de maio, o Irã anunciou sua “retirada gradual” do PIAC, e que, nas próximas semanas, começará a “redução de seus compromissos”, reativando o programa atômico, e convocou os governos europeus, parceiros econômicos estratégicos do Irã a manterem os termos do PIAC. Pretendia com essa manobra aproveitar as divergências entre Europa e os Estados Unidos sobre o acordo, e garantir as exportações e importações com o seu parceiro comercial europeu.

No entanto, a manobra fracassou. A União Europeia (UE), na voz do presidente da França, Macron, rejeitou o ultimato do governo iraniano de convocar os governos da Europa a negociarem os termos do PIAC, em um prazo de até 60 dias. Ocorre que o imperialismo europeu foi colocado na encruzilhada de acatar a decisão do imperialismo norte-americano; ou, então, agravar os choques inter-imperialistas e produzir uma ruptura diplomática. E, apesar de serem os monopólios da indústria e das finanças europeus o mais prejudicado pelas sanções, que

atacam seus interesses comerciais e restringem seus lucros, a União Europeia adotou a estratégia dos EUA.

A declaração e as manobras diplomáticas do governo iraniano não faziam outra coisa que colocar o legítimo direito de uma nação oprimida pelo imperialismo a decidir quais as melhores medidas e vias para defender sua economia e interesses nacionais. Ocorre, porém, que a sua margem de manobra é muito limitada. A subordinação ao PIAC restringiu sua capacidade de ampliar os meios de defesa nacional e agravou as contradições sociais e econômicas internas. Não por acaso, surgiram no último período inúmeras manifestações opositoras ao regime. O imperialismo pretende usá-las para desestabilizar o regime nacionalista, enquanto trabalha, abertamente, para readaptar suas táticas intervencionistas, e agravar a asfixiação do Irã.

Está aí por que, como já assinalamos no Massas 486 (4 de outubro de 2014), o PIAC não frearia as tendências intervencionistas do imperialismo. E que o nacionalismo, por mais radicalizado que possa ser, é incapaz de garantir o pleno direito à autodeterminação da nação oprimida, o que inclui o direito soberano ao livre desenvolvimento de armas nucleares, se assim decidir.

Nota-se que o regime teocrático sequer é capaz de manter a limitada soberania nacional conquistada pelas massas insurretas, em 1972. O essencial reside em que esteve ausente o proletariado organizado em um partido marxista-leninista-trotskista, o que impediu de proje-

tar a luta antiimperialista pelo caminho da revolução e ditadura proletárias. A crise de direção manifestou-se no caráter contrarrevolucionário do estalinismo, que decompôs os partidos comunistas e destruiu o Partido Mundial da Revolução Socialista.

É nessas condições que o nacionalismo islâmico se ergueu como direção da rebelião da nação oprimida. Mas, a burguesia nacional iraniana e seus partidos políticos passaram logo a depender das combinações entre as manobras da burocracia estalinista russa e dos choques entre os monopólios imperialistas. A constituição de uma República burguesa, de formas teocráticas, serviu, assim, para preservar os fundamentos da grande propriedade privada dos meios de produção. O que se manifesta nas atuais condições como domínio dos monopólios sobre a economia nacional.

Somente o proletariado e demais oprimidos, organizados no campo de sua independência política, poderão retomar as tradições revolucionárias do passado, e derrotar o interven-

cionismo. É preciso, para isso, pôr em pé uma Frente Única Anti-imperialista, e armar as massas oprimidas. Essa é a via para expulsar o imperialismo, superar o nacionalismo islâmico impotente, e avançar na tarefa de forjar o proletariado como direção política da nação oprimida. O que exige constituir a vanguarda revolucionária em partido marxista-leninista-trotskista, e dar passos na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

Projetam-se as tendências bélicas mundiais

Os investimentos em armamentos cresceram por quatro anos consecutivos. É o que revela o *Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo*, em 29 de abril. Os gastos chegaram ao ponto mais alto, desde a Guerra Fria.

Em 2018, a aplicação em materiais bélicos e tecnologia militar subiu 2,6%, superando o valor de 1,8 trilhões de dólares. Os Estados Unidos encabeçam a lista, com um aumento de 4,6% a mais que no ano passado, chegando à casa de 649 bilhões (36% do total mundial), e superando em 200% o segundo da lista. A China aumentou em 5% (250 bilhões de dólares), e destaca-se por multiplicar em 15 vezes seu gasto militar, desde os anos oitenta. De conjunto, esses dois países despendem mais de 50% dos gastos mundiais. Em ordem decrescente, aparecem a Rússia (61,4 bilhões), o Reino Unido (50 bilhões), a Alemanha (49,5 bilhões), o Japão (46,4 bilhões) e a Coreia do Sul (43 bilhões). A reportagem também mostra que os 29 países membros da OTAN aumentaram seus gastos, chegando a 7%, equivalentes a 249 bilhões de reais. Os membros mais recentes que incrementaram os gastos em armamento foram a Romênia, Bulgária, Lituânia e Letônia em 20%, e Polônia em 10%. A Arábia Saudita se tornou no principal importador de armas.

Esse quadro estadístico mostra que os investimentos em meios de destruição massiva cresceram, onde se verifica o agravamento da guerra comercial, a concorrência pelo controle sobre as fontes de matérias-primas, o cerco sobre os Estados restauracionistas, e o intervencionismo militar sobre as nações oprimidas.

Evidentemente, os investimentos em armamentos é um meio para equacionar a queda dos lucros monopolistas na produção. Permite ainda ao capital financeiro se apropriar de parte da mais-valia que permanecia nas mãos dos governos e dos Estados, e que passam a subsidiar maciçamente a indústria militar. A reprodução desses lucros se garante usando os meios de destruição em conflitos nacionais e regionais, que

permitem o intervencionismo imperialista. Parte das riquezas de países conflagrados ou em disputa territorial é drenada ao capital monopolista da indústria armamentista. Por sua vez, os investimentos em armas servem para garantir lucros extraordinários, que decorrem da exploração exclusiva de territórios e recursos conquistados à força; são também um meio para a retomada conjuntural da economia mundial, ao destruir forças produtivas em grande escala.

Sendo os EUA, a principal potência capitalista, são também carro-chefe das tendências bélicas, que, na situação atual, se volta principalmente contra os países restauracionistas, cujas burocracias dirigentes, com o nacionalismo, dificultam o seu expansionismo. A China, que passou a ocupar um lugar de destaque na economia mundial, se tornou o principal alvo

das pressões norte-americanas para que abaixem suas fronteiras nacionais e se subordinem às diretrizes dos Estados Unidos. Em certa medida, é o que se passa igualmente com a Rússia. Está cada vez mais claro que o incremento das tendências bélicas resulta da longa crise mundial e do recrudescimento da guerra comercial.

A vanguarda proletária está diante da tarefa de enfrentar a barbárie social que se espalha por todos os lados, retomando os elos rompidos da transição do

capitalismo ao socialismo, constituídos pelas revoluções proletárias. Trata-se, portanto, de forjar os partidos revolucionários nacionais e pôr em pé seu Partido da Revolução Socialista Mundial. No Brasil, o Partido Operário Revolucionário se destaca diante dessa tarefa. Quanto mais a vanguarda potenciar sua ação no seio do proletariado, mais rápido superará sua condição embrionária e poderá lutar em melhores condições pela direção dos combates dos explorados. O armamentismo, as guerras imperialistas, os intervencionismos bélicos, enfim, a violência contrarrevolucionária, destruidora da civilização, somente serão combatidos pela luta de classes, pelo proletariado organizado e consciente.

(...) os investimentos em meios de destruição massiva cresceram, se verifica o agravamento da guerra comercial, a concorrência pelo controle sobre as fontes de matérias-primas, o cerco sobre os Estados restauracionistas, e o intervencionismo militar sobre as nações oprimidas.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, expusemos os argumentos de Lênin que desmascaravam a falsificação de Marx, feita por Kautsky, para justificar a posição oportunista de apoio à burguesia nacional imperialista, diante da 1ª Guerra Mundial. A cisão entre o internacionalismo revolucionário e o socialchauvinismo que prevalecia na II Internacional exigia algumas conclusões de princípio e de diretriz prática. Em resumo, era preciso desmascarar o oportunismo, combater as vacilações centristas, caracterizar claramente a falência da II Internacional, rechaçar a tese sem princípio da unidade, avançar às últimas consequências a cisão, e constituir uma nova Internacional. No fundamental, Lênin se guiou por esses aspectos programáticos.

Nota-se uma progressão nas formulações de Lênin – alicerçada na caracterização de que se tratava de uma guerra imperialista, na tese de que o capitalismo havia chegado ao amadurecimento para a revolução mundial, e na necessidade do proletariado se valer da guerra civil para derrubar a burguesia putrefata do poder – que vai, da luta por separar a fração internacionalista marxista da fração majoritária oportunista, até o ponto em que necessariamente teria de levantar a bandeira de III Internacional.

Era imprescindível expor em todos os sentidos as raízes da degeneração da socialdemocracia alemã e da II Internacional, que acabavam arrastando a maioria dos socialdemocratas de outros países, e provocando cisões. O fato do Partido Socialdemocrata Alemão ter votado no Parlamento o bônus de guerra resultou em uma traição ao internacionalismo. Esse passo foi decisivo para contaminar irreversivelmente a II Internacional.

No manifesto *“As tarefas da socialdemocracia revolucionária na guerra europeia”*, de setembro de 1914, é divulgada a caracterização da falência da II Internacional. Tem importância como marco histórico pelo fato de ser o primeiro documento, nesse sentido, dos bolcheviques, que acabou sendo conhecido como *“Teses sobre a guerra”*. O ponto quatro, diz: *“A traição ao socialismo da maioria dos dirigentes da II Internacional (1889-1914) revela a bancarrota ideológica e política dessa Internacional. A causa básica de sua bancarrota é a preponderância do oportunismo pequeno-burguês, cuja essência burguesa e o perigo que representa foram assinalados, há muito, pelos melhores representantes do proletariado revolucionário de todos os países. Os oportunistas – ao negarem a revolução socialista, para substituí-la pelo reformismo burguês; ao negarem a luta de classes e a necessidade de transformá-la, chegando o momento, em guerra civil; ao pregarem a colaboração de classes; ao preconizarem o chauvinismo burguês, escudando-se no patriotismo e na defesa da pátria; ao desconhecerem ou negarem a verdade fundamental, já exposta no Manifesto do Partido Comunista, de que os operários não têm pátria; ao se limitarem, na luta contra o militarismo, a um ponto de vista sentimental pequeno-burguês, em lugar de admitir a necessidade da guerra revolucionária dos proletários de todos os países contra a burguesia de todos os países; ao transformarem a necessária utilização do parlamentarismo burguês e da legalidade burguesa em um fetiche dessa legalidade, esquecendo que, em épocas de crise, é preciso recorrer a formas ilegais de organização e agitação – estavam preparando, há tempo, a*

bancarrota da II Internacional”.

A aplicação da política leninista assombrou o czarismo, que acionou seu tribunal para processar cinco deputados da IV Duma do Grupo Operário Socialdemocrata da Rússia (OSDR), em novembro de 1914, e prender seis militantes que participavam da Conferência clandestina do partido, em Ozerki, nas proximidades de Petrogrado, fevereiro de 1915. O tribunal czarista se apoiou no documento *“As tarefas da socialdemocracia revolucionária na guerra europeia”* e no Manifesto *“A guerra e a socialdemocracia da Rússia”* para condenar os deputados e desterrá-los a uma localidade da Sibéria.

Em resposta a esse ataque, o Jornal Golos (A Voz) publicou o artigo *“O que demonstrou o processo contra o grupo OSDR?”*, onde relata um pronunciamento de Lênin em uma reunião do partido. Interessa-nos, aqui, evidenciar a seguinte tese: *“(…) A noção de pátria, como categoria histórica, corresponde a determinada etapa do desenvolvimento da sociedade, e que logo se torna supérflua. O proletariado não pode amar o que não possui. O proletariado não tem pátria. (...) Uma vez que a guerra começou, é impossível sair dela. Há que participar nela e realizar a própria obra de socialista. Na guerra, a gente pensa e reflete, talvez, muito mais que ‘em casa’. Há que participar nela, e organizar ali o proletariado com vistas ao objetivo final, porque é uma utopia pensar que o proletariado marchará em direção ao objetivo final pelo caminho pacífico. É impossível passar do capitalismo ao socialismo sem quebrar os marcos nacionais, como se pudesse passar do feudalismo ao capitalismo sem ideias nacionais”*. Deparamo-nos com a persistência de Lênin de expor o conteúdo histórico do internacionalismo proletário nas condições concretas da guerra imperialista.

No artigo *“A situação e as tarefas da Internacional socialista”*, novembro de 1914, Lênin retoma essa tese, que se acha bem definida no Manifesto do Partido Comunista. Diz: *“O movimento socialista não pode triunfar dentro dos velhos marcos da pátria; cria novas e superiores formas de sociedade humana, nas quais as legítimas necessidades e as aspirações progressistas das massas trabalhadoras de qualquer nacionalidade serão, pela primeira vez, satisfeitas na unidade internacional, desde que as barreiras nacionais atuais sejam derrubadas.(...) O imperialismo jogou uma carta sobre os destinos da civilização europeia: se não produz uma série de revoluções vitoriosas, depois desta guerra não tardarão outras; a história de que será a ‘última guerra’ é uma fábula vazia e perigosa, ‘mitologia’ pequeno-burguesa (...). A II Internacional deu uma contribuição útil ao trabalho preparatório de organização prévia das massas proletárias, durante o período ‘pacífico’ da mais cruel escravidão capitalista, e do mais rápido progresso do capitalismo no último terço do século XIX e começo do XX. Diante da III Internacional, está a tarefa de organizar as forças do proletariado para a ofensiva revolucionária contra os governos capitalistas, para a guerra civil contra a burguesia de todos os países pela conquista do poder político, e pela vitória do socialismo”*.

Como se vê, Lênin anuncia a necessidade da fundação da III Internacional, com o conteúdo programático de luta pela derrocada do imperialismo.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)